



MINAGRIF/PDAC



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) N° 85 DA FAZENDA AGRO-PECUÁRIA NDULA ASSANGO

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

MARÇO DE 2023



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1.1 | Objectivos e âmbito do PGAS..... | 8 |
| 1.2 | Identificação da equipa..... | 9 |
| 1.3 | Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM) 10 | |
| 1.3.1 | Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius | 10 |
| 1.3.2 | Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente..... | 10 |
| 1.3.3 | Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC | 11 |
| 1.3.4 | Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial..... | 11 |
| 1.4 | Principais riscos ambientais e sociais associados..... | 12 |
| 1.5 | Estrutura e conteúdos do PGAS | 12 |
| 2 | DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO | 14 |
| 2.1 | Ficha técnica..... | 14 |
| 2.2 | Localização do subprojecto | 14 |
| 2.3 | Objectivo do subprojecto..... | 16 |
| 2.4 | Plano de produção | 16 |
| 2.5 | Descrição das actividades..... | 16 |
| 2.6 | Principal tecnologia | 16 |
| 2.7 | Equipamento por adquirir..... | 17 |
| 2.8 | Resíduos gerados | 17 |
| 2.9 | Necessidades hídricas das culturas e água para consumo humano..... | 17 |
| 2.10 | Efluentes | 18 |
| 3 | CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL | 19 |
| 3.1 | Caracterização biofísica..... | 19 |
| 3.2 | Caracterização socioeconómica..... | 19 |
| 4 | ENQUADRAMENTO LEGAL | 20 |
| 4.1 | Legislação Ambiental e Social Angolana e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial.. | 20 |
| 4.2 | Avaliação das lacunas da legislação e recomendações..... | 21 |
| 5 | AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO... 23 | |
| 5.1 | Metodologia de avaliação dos impactos Ambientais e Sociais | 23 |
| 5.2 | Avaliação dos impactos ambientais e sociais e Medidas de Mitigação..... | 24 |
| 6 | PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL..... | 31 |
| 6.1 | Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes | 31 |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|-------|--|----|
| 6.1.1 | Cronograma de implementação do PGR | 33 |
| 6.2 | Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional | 34 |
| 6.3 | Plano de atendimento às emergências da fazenda | 35 |
| 6.3.1 | Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos | 36 |
| 6.3.2 | Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais..... | 36 |
| 6.3.3 | Procedimento de emergências | 36 |
| 6.4 | Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças | 37 |
| 6.4.1 | Uso e manuseio de pesticidas | 38 |
| 6.4.2 | Fertilizantes | 38 |
| 6.4.3 | Riscos ambiental e de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas 38 | |
| 6.4.4 | Cronograma de supervisão | 39 |
| 6.4.5 | Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças..... | 40 |
| 6.5 | Plano de prevenção da COVID-19 | 40 |
| 6.6 | Plano de prevenção de EAS/AS | 40 |
| 6.7 | Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC | 43 |
| 6.8 | Plano de envolvimento das partes interessadas | 44 |
| 6.9 | Plano de formação ambiental e social | 45 |
| 6.10 | Relatórios de Monitorização Ambiental e Social | 47 |
| 7 | CUSTOS ESTIMADOS | 49 |
| 8 | ANEXOS | 50 |
| 8.1 | Anexo I: Relatório de envolvimento das partes interessadas do subprojecto..... | 50 |
| 8.2 | Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto..... | 53 |
| 8.3 | Anexo III: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento | 54 |
| 8.4 | Anexo IV: Formulário do Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações – PDAC..... | 55 |
| 8.5 | Anexo V: Ficha de cadastro de ocupantes na propriedade e nas vias de acesso | 57 |
| 8.6 | Anexo VI: Código de Conduta do PDAC..... | 58 |
| 8.7 | Anexo VII. Avaliação dos impactes ambientais e sociais | 64 |
| 8.8 | Anexo VIII. Legislação ambiental e social e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial | 67 |



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Componentes do PDAC | 8 |
| Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/Sirius | 9 |
| Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais da fazenda..... | 12 |
| Tabela 4: Ficha Técnica..... | 14 |
| Tabela 5: Equipamentos por adquirir | 17 |
| Tabela 6: Principais resíduos produzidos na fazenda..... | 17 |
| Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas | 17 |
| Tabela 8: Enquadramento Biofísico | 19 |
| Tabela 9: Características socioeconómicas | 19 |
| Tabela 10: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial | 21 |
| Tabela 11: Classificação dos impactos..... | 23 |
| Tabela 12: Identificação, avaliação na fase de construção e operação..... | 24 |
| Tabela 13: Procedimentos de gestão dos resíduos..... | 31 |
| Tabela 14: Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções | 32 |
| Tabela 15: Cronograma de implementação do PGR | 33 |
| Tabela 16: Análise de risco | 34 |
| Tabela 17: Cronograma de acções e responsabilidades de PHSSO | 35 |
| Tabela 18: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE..... | 35 |
| Tabela 19: Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químico..... | 36 |
| Tabela 20: Potenciais cenários de emergência | 36 |
| Tabela 21: Procedimentos de emergências..... | 36 |
| Tabela 22: : Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças | 37 |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---|----|
| Tabela 23: Procedimento para armazenamento, manuseio, aplicação e deposição dos pesticidas..... | 37 |
| Tabela 24: Causas e medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, insecticidas | 39 |
| Tabela 25: Calendário de monitoria e supervisão | 39 |
| Tabela 26: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças | 40 |
| Tabela 27: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças | 40 |
| Tabela 28: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção | 41 |
| Tabela 29: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção | 42 |
| Tabela 30: Cronograma de implementação | 44 |
| Tabela 31: Plano de formação Ambiental e Social..... | 45 |
| Tabela 32: Relatório de monitorização ambiental e social | 47 |
| Tabela 33: Estimativa de custos | 49 |
| Tabela 34: Identificação e avaliação dos impactes ambientais e sociais | 64 |



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1:** Mapa da cooperativa Ngula Assango 15
- Figura 2:** Dentro da parcela de terra encontra se uma aldeia, os moradores desta aldeia são maioritariamente os cooperativistas, não há litígio com os populares desta aldeia. 15
- Figura 3:** No sentido norte-Sul em 990 m há uma variação entre 1220m e 1294 m, uma inclinação máxima de 26,7% e média de 8.6 %. Exigirá do proprietário a aplicação de medidas anti erosivas no centro do território. No mesmo mapa no sentido oeste da fazenda existe uma zona habitada (Cooperativistas) demarcada com o círculo azul. 15
- Figura 4:** Sentido Norte-sul no limite Este, ao centro deste perímetro, em 264 km há uma variação entre 1208 m e 1346 m, com declive média de 6,1%. Exigirá aplicação de medidas anti erosivas a 1250 m da parcela. ... 15



MINAGRIF/PDAC



LISTA DE ACRÓNIMOS

| | |
|---------------------|--|
| AFD: | Agência Francesa de Desenvolvimento |
| AIA: | Análise de Impacto Ambiental |
| BM: | Banco Mundial |
| BRLi-Sirius: | Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor |
| CRA | Constituição da República de Angola |
| CTI | Comité Técnico de Implementação |
| EAS/AS | Exploração e Abuso Sexual/ Assédio Sexual |
| EBRD | Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento |
| EDA: | Estação de Desenvolvimento Agrário |
| EIA | Estudo de Impacte Ambiental |
| EPI | Equipamento de Protecção Individual |
| ETA | Estação de tratamento de Água |
| ETAR | Estação de Tratamento de Águas Residuais |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| HSE | Health, Safety and Environment |
| IDA: | Instituto de Desenvolvimento Agrário |
| IFC: | Corporação Financeira Internacional |
| IGCA | Instituto Geodésico e Cartográfico de Angola |
| INE: | Instituto Nacional de Estatística |
| M & A: | Monitoria e Avaliação |
| MINAGRIF: | Ministério da Agricultura e Florestas |
| MINAMB | Ministério do Ambiente |
| MIP | Manuseio Integrado de Pragas |
| MIV | Manuseio Integrado de Vectores |
| MSGR: | Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações |
| OIT: | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONG'S | Organizações não governamentais |
| PAE | Plano de atendimento as emergências |
| PAP | Pessoas afectadas pelo Projecto |
| PAR | Plano Abreviado de Reassentamento |
| PDAC: | Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola |
| PGAS: | Plano de Gestão Ambiental e Social |
| PGR | Plano de Gestão de Resíduos |
| PHSSO | Plano de Higiene Saúde e Segurança Ocupacional |
| PME: | Pequenas e Média Empresas |
| PMP | Plano de Manuseio de Pragas |
| PN | Plano de Negócio |
| PSS | Plano de Saúde e Segurança |
| PVP | Preço de venda ao público |
| SERPM | Social enviroment review procedure manual |
| SIA | Sistema integrado do ambiente |
| SIDA | Síndrome de Imunodeficiência Adquirida |
| SST | Saúde e segurança no trabalho |
| TSP: | Prestadores de Serviços Técnicos |
| UIP: | Unidade de Implementação do Projecto |
| VBG: | Violência Baseada no Género |
| VIH | Vírus da Imunodeficiência Humana |



MINAGRIF/PDAC



1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do subprojecto **Cooperativa Agro-Pecuária Ndula Assango**. O mesmo visa avaliar os potenciais impactes ambientais e sociais e apresentar medidas para a mitigação e/ou eliminação dos impactos negativos. Na sua elaboração foram tidas em consideração as disposições constantes na legislação angolana e as políticas do Banco Mundial (BM).

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC) em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas. Estas componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de nove cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, ovos e frangos, mandioca, batata-doce e batata rena): corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte, Malanje); e o Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huila).

Tabela 1: Componentes do PDAC

| |
|---|
| <p>Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio</p> <p>Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.</p> <p>Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização</p> <p>Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito</p> |
| <p>Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing</p> <p>A Componente 2 apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).</p> <p>Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais</p> <p>Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação</p> <p>Subcomponente 2.3: Conexões de electricidade rural de último km</p> |
| <p>Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios</p> <p>Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).</p> |
| <p>Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do Projecto</p> <p>A Componente se concentra na gestão do Projecto, monitoria e avaliação (M&A)</p> |

O subprojecto “**Cooperativa Agro-Pecuária Ndula Assango**” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio). A Cooperativa conta com 311 membros, sendo 153 homens e 158 mulheres.

1.1 Objectivos e âmbito do PGAS

O PGAS serve de instrumento de análise e fiscalização das actividades em cada fase do projecto em termos ambientais e sociais com actividades de monitorização e avaliação das acções propostas para a mitigação dos impactos.

Como objectivos específicos tem-se para este PGAS:



MINAGRIF/PDAC



- Atender os requisitos legais do Governo Angolano (GA) e do Banco Mundial (BM) para a implementação e operação do subprojecto da agricultura;
- Minimizar os impactos ambientais e sociais associados as etapas de construção, implementação e operação dos subprojectos e os seus efeitos sobre a comunidade e ambiente;
- Garantir a protecção humana, do património cultural e da biodiversidade principalmente de espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
- Reduzir e/ou eliminar os impactos negativos no ambiente e riscos de saúde e segurança dos trabalhadores causados pela gestão inadequada de resíduos, efluentes e emissão de gases poluentes, com adopção de práticas adequadas para a gestão dos aspectos ambientais em todas as fases do subprojecto;
- Promover planos de atendimentos a emergências ambientais e outras que representem risco a vida das comunidades e dos trabalhadores do projecto durante as actividades de construção, implementação e operação do projecto.

1.2 Identificação da equipa

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi/Sirius responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 2):

Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/Sirius

| Nome | Contacto | Formação | Papel |
|-----------------|--|---|---|
| Daniel Sassupe | daniel.corredorb@sirius.co.ao sassupe@yahoo.com.br | Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar M.Sc. Produção e Tecnologia Alimentar | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar, capacitar os proponentes, apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS) |
| Irina Portela | irina.corredorb@sirius.co.ao leiteirina@gmail.com | Engª Geógrafa | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes e apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS) |
| Domingos Samy | domingos.corredorb@sirius.co.ao | Eng.º Ambiental | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS) |
| Evaristo Wenda | evaristowenda@gmail.com | Eng.º Agrónomo | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS) |
| Jacira Cassange | jaciracassange25@gmail.com | Assistente Social | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; |



MINAGRIF/PDAC



| Nome | Contacto | Formação | Papel |
|------------|--|-------------------|---|
| | | | Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS) |
| José Chito | josepereirachito199@gmail.com Telemóvel: 943368162 | Assistente social | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS) |

1.3 Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As responsabilidades da BRLi/Sirius, Proponente (**Sr. Inocêncio Anacleto**), PDAC e BM para elaboração, aprovação e implementação do PGAS são descritas em forma própria:

- BRLi/Sirius: Elaboração da Ficha de Triagem Ambiental e social-FTAS, Elaboração Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, monitoramento a uso de registos de PGAS, colaborar na implementação de medidas de prevenção e mitigação EAS/AS, na divulgação e disponibilização do MSGR junto dos trabalhadores e comunidades envolventes e assistência técnica;
- Proponente: responsável pela implementação de medidas de mitigação social e ambiental, incluindo medidas de prevenção e mitigação de incidentes de EAS/AS;
- PDAC: Implementação e gestão do MSGR, Implementação de protocolo EAS/AS associado ao MSGR, Categorização ambiental e social do subprojecto e supervisão da implementação de PGAS;
- BM: revisão e aprovação dos PGAS.
- Implementar as acções previstas no Plano mitigação e resposta EAS/AS.

1.3.1 Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius

Entre outras obrigações, a BRLi/Sirius deverá garantir que as fases de pré-construção, construção e operação do subprojecto sejam realizadas tendo em conta as recomendações do PGAS.

A BRLi/Sirius compromete-se a orientar os trabalhos da fazenda de forma sustentável, respeitando a comunidade local, seus recursos e meios de sobrevivência, além de garantir a protecção do meio ambiente, a saúde e segurança dos seus trabalhadores e da comunidade em geral.

Para atingir este objectivo, a BRLi/Sirius deverá:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com as políticas operacionais do Banco Mundial e os requisitos legais e ambientais do Governo angolano;
- Promover acções de segurança, saúde e protecção ambiental e social no PGAS;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas correctivas.

1.3.2 Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente

Para o cumprimento das medidas estabelecidas no presente PGAS, o proponente do projecto tem as seguintes responsabilidades:



MINAGRIF/PDAC



- **Implementar as medidas previstas no PGAS**

O proponente tem a responsabilidade de implementar todas as acções previstas no PGAS e mitigar os potenciais impactos ambientais e sociais das actividades do subprojecto e promover a boa conduta do trabalhador. Estas acções serão implementadas sob assistência técnica da equipa ambiental e social da BRLi/Sirius.

- **Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores**

O proponente é responsável por adoptar medidas que garantam segurança, saúde e protecção dos seus trabalhadores, como:

- a. Promover condições para o uso de equipamentos de protecção individual.
- b. Garantir condições de saúde dos trabalhadores com a criação de uma área de primeiros socorros.
- c. Garantir moradias condignas, com condições de habitabilidade, higiene e segurança física dos trabalhadores, com quartos e instalações sanitárias separadas por Sexo (homem-mulher) de acordo aos critérios para acomodações dos trabalhadores estabelecidos pela IFC / EBRD: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation
- d. Condições salariais adequadas conforme a legislação angolana sobre o direito do trabalhador.
- e. Levar a cabo acções com vista a prevenir a propagação da covid 19.
- f. Garantir a igualdade de género com a contratação equitativa de mulheres.
- g. Garantir a Implementação de todas as medidas de prevenção de riscos de EAS/AS previstas no PGAS e o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores.
- h. Implementar medidas de prevenção e protecção dos trabalhadores contra EAS/AS.
- i. Subscrever o Código de Conduta previsto pelo projecto e assegurar a assinatura do Código de Conduta por todos os trabalhadores contratados pelo proponente.
- j. Prever a aplicação de medidas imediatas de protecção e segurança física de sobreviventes de EAS/AS causadas por um trabalhador e medidas correctivas sobre o agressor.
- k. Assegurar o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores e comunidade envolvente, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões nas instalações e colaborar na sua divulgação junto dos mesmos.
- l. Cumprir com as recomendações do PGAS, empregando técnicas ambientais e sociais que minimizem os impactos das actividades da Fazenda, reduzam a produção de resíduos, minimizem os efeitos da poluição ambiental e previnam efeitos sobre o meio ambiente e comunidade circunvizinha;
- m. Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de prevenir a propagação de doenças sexualmente transmissíveis (DST), violência baseada no género (VBG), Trabalho infantil e propagação do vírus COVID-19

1.3.3 Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC

- Avaliar as fichas de triagem ambiental e social;
- Categorizar os subprojectos (definir estudos ambientais e sociais necessários);
- Revisão dos PGAS
- Implementação e Gestão do MSGR (em colaboração com os TSP's);
- Monitorizar a implementação dos PGAS.
- Implementar as acções previstas no Plano mitigação e resposta EAS/AS.

1.3.4 Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial



MINAGRIF/PDAC



- a) Revisar e aprovar os Planos de Gestão Ambiental e Social;
- b) Revisar e aprovar os relatórios de monitorização da implementação dos PGAS.

1.4 Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais da fazenda

| Riscos ambientais | Descrição |
|---|--|
| Área sujeita à erosão grave | Existem zonas no terreno com inclinações que variam entre 5 e 28%. Nestas zonas a prática da agricultura deverá ser feita aplicando técnicas anti – erosivas tais como culturas em curvas ou faixas de nível |
| Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleo, combustível, tintas, etc.) gerados em áreas de trabalho, oficinas, estaleiros e a utilização de fertilização química. | A fazenda faz fronteira com dois rios que são: rio Mussanzo e a rio Cacoia ambos de médio porte mas permanente A deposição inadequada de resíduos; acidentes com substâncias tóxicas; actividades inadequadas de armazenamento, manuseio e descarte de óleos, combustível, efluentes e resíduos em actividades agrícolas, constituem as principais fontes potenciais de contaminação das águas superficiais e subterrâneas |
| Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site durante a limpeza e preparação do terreno para preparação de parcelas agrícolas, colocação de tubagem de irrigação | A retirada da vegetação resultará em alteração da paisagem da área de influência directa e junto com a diminuição do potencial ecológico, ocorrerá a fuga da fauna, para áreas mais seguras. Esses efeitos desencadearão alteração do ecossistema e instabilidade ecológica. |
| Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido à operação de equipamentos de construção, transporte de materiais de construção e operação de estaleiros de obra | O transporte de materiais e funcionamento de maquinarias resultantes da fase de construção têm potencial para alterar a qualidade do ar, gerar ruídos e vibrações dentro da fazenda e nas comunidades circunvizinhas a fazenda (1-5 km de distância) |
| Perigos de segurança e saúde ocupacional durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.) | <ul style="list-style-type: none"> • Durante execução das obras de construção e reabilitação de infraestruturas e transporte de materiais. • Possíveis conflitos entre a comunidade local e os trabalhadores da construção civil (com movimentação de mão-de-obra externa), entre eles: aumento do risco de casos EAS/AS. |
| Riscos sociais | Descrição |
| Perigos de segurança e saúde comunitária durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.) | Perigo para as comunidades circunvizinhas a fazenda durante o transporte de materiais (1- 5 km do site) |
| Acidentes de trabalho (fase operacional do subprojecto) | Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas. |
| Acidentes nas comunidades próximas (transporte de mercadorias) | Circulação de veículos e máquinas afectos ao subprojecto da fazenda |
| Afectação da saúde dos trabalhadores e moradores | Ruído, qualidade do ar e vectores de doença |
| Violência baseada no género | A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género). |
| Exploração laboral e trabalho infantil | <ul style="list-style-type: none"> • A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais. • Hábito cultural de envolver as crianças nas actividades produtivas familiares; • Crianças fora do sistema de ensino; • Ausência de informação sobre a Lei Geral do Trabalho (LGT). |
| Conflito entre as comunidades e os Empresários | Não empregabilidade do pessoal local. |

1.5 Estrutura e conteúdos do PGAS

O presente PGAS está estruturado da seguinte forma:



MINAGRIF/PDAC



1. Introdução
2. Descrição do subprojecto
3. Caracterização ambiental e social
4. Enquadramento legal
5. Avaliação dos impactos ambientais e sociais e Medidas de Mitigação
6. Programas de gestão ambiental e social
7. Custos Estimados
8. Anexos



MINAGRIF/PDAC



2 DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO

2.1 Ficha técnica

Tabela 4: Ficha Técnica

| | | | |
|--|---|----------------------|--------------------|
| Nome do Subprojecto | Cooperativa Ndula Assango | | |
| Representante Legal | Inocência Anacleto | | |
| Localização do projecto | Província | Cuanza Sul | |
| | Município | Quibala | |
| | Comuna | Ndala Cachibo | |
| | Aldeia | Ndauca Cacoia | |
| Coordenadas | X- 481860; Y-88500060 | | |
| Superfície Total | 900.64 hectares | | |
| Superfície agrícola | 50 hectares | | |
| Tipologia de subprojecto/actividade | <ul style="list-style-type: none"> • Milho: 105 Toneladas/ano numa superfície 30000 m²; • Feijão: 63 Toneladas/ano numa superfície de 42000 m²; • Batata doce: 450 Toneladas/ano numa superfície de 25000 m²; | | |
| Actividades de construção | <ul style="list-style-type: none"> • Cribs de 100 m³ x 15 ml • Armazém de 200 m² • Construção de fossa séptica 6m³ | | |
| Actividades de reabilitação | Não haverá actividade de reabilitação | | |
| Aquisição de equipamento | <ul style="list-style-type: none"> • Kit de equipamentos agrícola • Gerador diesel de 7 KVA | | |
| Consumo de energia | Aquisição de um gerador diesel (7 KVA) | | |
| Fontes de água | A parcela em causa é banhada na posição Este pelo rio Mussanzo e a norte com o rio Cacoia ambos de médio porte mas permanente com uma cobertura vegetal constituída por capinzais e arbustos isolados a menos de 5 km da fazenda | | |
| Regadio (S/N) | Não | | |
| Sequeiro (S/N) | Sim | | |
| Número de trabalhadores | Eventuais: 129 | Mulheres: 19 | Homens: 24 |
| | Permanentes: 311 cooperados | Mulheres: 158 | Homens: 153 |
| Acesso | Está localizada na aldeia Ndauca cacoia, comuna do Ndala cachibo, município da Quibala, província do Cuanza sul. | | |
| Destino das águas residuais | As águas residuais serão enviadas para uma fossa séptica | | |

2.2 Localização do subprojecto

A cooperativa Ndula Assango, registada sob NIF 5000590916, está localizada na aldeia Ndauca cacoia, comuna do Ndala cachibo, município da Quibala, província do Cuanza sul. Conforme o extracto de localização cartográfica em anexo.

A parcela de terra demarcada contém as seguintes confrontações:

- **Norte:** com o rio Cacoia e terreno demarcado pelo Sr. ° Joaquim Gaspar Branco;
- **Sul:** com o morro Nguequete e terreno de terceiro não cadastrado;
- **Este:** com o rio Mussanzo e um riacho inominado;
- **Oeste:** com o rio Cacoia.



MINAGRIF/PDAC



Figura 1: Mapa da cooperativa Ngula Assango



Figura 2: Dentro da parcela de terra encontra-se uma aldeia, os moradores desta aldeia são maioritariamente os cooperativistas, não há litígio com os populares desta aldeia.



Figura 3: No sentido norte-Sul em 990 m há uma variação entre 1220m e 1294 m, uma inclinação máxima de 26,7% e média de 8.6 %. Exigirá do proprietário a aplicação de medidas anti erosivas no centro do território. No mesmo mapa no sentido oeste da fazenda existe uma zona habitada (Cooperativistas) demarcada com o círculo azul.



Figura 4: Sentido Norte-sul no limite Este, ao centro deste perímetro, em 264 m há uma variação entre 1208 m e 1346 m, com declive média de 6,1%. Exigirá aplicação de medidas anti erosivas a 1250 m da parcela.



MINAGRIF/PDAC



2.3 Objectivo do subprojecto

Com a implementação do subprojecto, pretende-se:

- Expandir a área cultivável de 19 hectares para 50 hectares, com as culturas de milho, feijão e batata doce, visando o parcelamento e organização da fazenda;
- Aumentar a produtividade das culturas com uso de média tecnologia;
- Fomentar o desenvolvimento social da fazenda e das comunidades com inserção dos assuntos de equidade de género, ambiente, higiene e segurança ocupacional.
- Construção do Crib de (100 m³ x 15 000 Kz/ml) que permitirá armazenar aproximadamente de 50 a 75 Toneladas de milho durante 4 a 6 meses em condições seguras.
- Construção do armazém de 200 m². Nesse caso o armazém será equipado com paletes, lonas, tambores etc., para melhor conservação dos produtos.
- Kit de equipamentos agrícola: como enxadas, catanas, machados, para trabalhos manuais de capina, etc.
- Aquisição de um gerador diesel (7 KVA): que será usado como fonte de energia eléctrica para alimentar o funcionamento do escritório

Quando as parcelas estiverem completamente em produção, almeja-se obter os seguintes resultados:

- Milho: 105 Toneladas/ano numa superfície 30 hectares;
- Feijão: 63 Toneladas/ano numa superfície de 42 hectares;
- Batata doce: 450 Toneladas/ano numa superfície de 25 hectares;
- Pousio ou Adubo verde: 3 hectares/ano

2.4 Plano de produção

O plano de negócio contempla a produção de grãos (milho, feijão) e batata-doce em 50 hectares.

2.5 Descrição das actividades

- Treinamento do pessoal;
- Construção de um Crib de (100 m³ x 15 000 Kz/ml) e construção de um armazém de 200 m².
- Parcelamento da fazenda, análise do solo e posterior calagem, implementação de boas práticas anti erosivas;
- Programação das campanhas agrícolas e aquisição com antecedência dos insumos agrícolas;
- Preparação da terra;
- Instalação das culturas;
- Acompanhamento das culturas instaladas (cuidados culturais);
- Colheita, tratamento, armazenamento e expedição da produção.

2.6 Principal tecnologia

O subprojecto fará recurso à média tecnologia, levando em conta as melhores práticas ambientais, respeitando a legislação em vigor.



MINAGRIF/PDAC



2.7 Equipamento por adquirir

Tabela 5: Equipamentos por adquirir

| Item | Equipamento | Quantidade | Características |
|------|------------------------------|------------|--|
| 1 | Kits de equipamento agrícola | 1 | Enxadas, catanas, machados, para trabalhos manuais de capina, etc. |
| 2 | Gerador | 1 | diesel (7 KVA) |
| 3 | Kits formação | 1 | Material didáctico como cadernos, lapiseiras, cartolinas, borrachas, agendas, etc. |

2.8 Resíduos gerados

Os principais resíduos gerados são:

Tabela 6: Principais resíduos produzidos na fazenda

| Descrição | Quantidade (kg)/mês |
|-------------------------------|---------------------|
| Matéria orgânica perecível | 70 |
| Plástico | 15 |
| Papel e papelão | 10 |
| Vidro (: lâmpadas) | 6 |
| Metal ferroso | 3 |
| Material não ferroso | 7 |
| Madeira | 30 |
| Pano, trapo, couro e borracha | 20 |
| Contaminante biológico | 10 |
| Contaminante químico | 10 |
| EPI's usados | 8 |
| Iscas para ratos | 2 |
| cinzas | 5 |
| outros | 5 |

2.9 Necessidades hídricas das culturas e água para consumo humano

O presente subprojecto tem como actividade principal a produção de grãos (milho, feijão) e batata-doce em 50 ha em regime sequeiro. Todas as culturas serão instaladas em sistema de sequeiro, contando apenas com as chuvas. De uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas

| Culturas | Consumo por Ciclo |
|-------------|-------------------|
| Milho | 500 mm à 800 mm |
| Feijão | 300 mm |
| Batata Doce | 500 mm |

Obs.: 1 mm de chuva equivale a 1 litro/m².

Tendo em conta o clima da região em que os valores das especificações pluviométricas anuais ultrapassam os 1000 mm, as necessidades hídricas das culturas serão supridas pelas chuvas. A cooperativa deverá garantir reservatórios adequados e devidamente higienizados para o armazenamento da água para consumo humano. Existem fontes de água na proximidade da cooperativa num raio de 5 km.

Neste preciso momento utilizam água do rio Mussanzo, Rio Cacoia e um Riacho inominado, de caudal de grande porte e permanente durante todo ano. Estes rios são as principais fontes de água para o consumo e tratada previamente com lixivia apropriadas para consumo humano, armazenada em recipientes adequados e higienizados.



MINAGRIF/PDAC



2.10 Efluentes

A zona do subprojecto não dispõe de infra-estruturas essenciais, incluindo rede colectora de águas residuais e pluviais. Tendo em conta a natureza do subprojecto serão lançados unicamente efluentes residuais oriundos das instalações sanitárias e refeitório.



MINAGRIF/PDAC



3 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

3.1 Caracterização biofísica

Tabela 8: Enquadramento Biofísico

| Aspectos Ambientais | Descrição |
|----------------------------|--|
| Clima | Húmido e seco, com uma temperatura média anual entre os 19 °C e os 20 °C. Precipitação anual: 1100 mm a 1400 mm. O mês mais chuvoso é Dezembro e menos vezes Março Humidade relativa média anual: 60 e 70%, assinalando-se os máximos em Janeiro (70 a 80%) |
| Vegetação | Estrato arbóreo de pequeno porte dominado por bosque de miombo ((Brachystegia Julbernardia) e áreas de savana e formações de Ongote nos vales e pelo tipo de vegetação, que envolve as anharas de alto. |
| Biodiversidade | Não existem animais de grande porte na fazenda com excepção os de recolção (ratos, toupeiras, aves, entre outros) |
| Solos | Ferralíticos, inseridos num vastíssimo vale, profundos, de coloração vermelha, ou castanha, textura mediana com tendência para arenoargilosa, profundos com boa drenagem, completamente planos com cobertura arbórea |
| Hidrografia | Dentro do subprojecto encontra-se uma fonte de água permanente (riacho inominado). |
| Qualidade do Ruído | O ruído na envolvente é característico de zonas agrícolas originado pela movimentação de motorizadas, circulação de veículos agrícolas, funcionamento de equipamentos e movimentação de veículos de transporte de mercadorias. Os ruídos na envolventes são feitos por motorizadas e alguns veículos de transportes de mercadoria. |
| Qualidade do Ar | Na área do subprojecto, a existência de poeiras deve-se à movimentação de veículos e preparação do solo. O ar na envolvente da fazenda é composto por partículas em suspensão e fumaça decorrente da movimentação de veículos e máquinas. Considera-se que a qualidade do ar é boa, por ser característica de áreas rurais. |
| Área de conservação | Na área de implementação do subprojecto, no município do Cela, província do Cuanza Sul não existem zonas de conservação e protegidas. |

3.2 Caracterização socioeconómica

Tabela 9: Características socioeconómicas

| Aspectos Social | Descrição |
|---|---|
| Características geográficas e demografia | Área: 3.609 km ² |
| | População: 205.677 hab. |
| | Densidade: 588 hab./km ² |
| Características culturais | A população é maioritariamente composta pelo grupo etnolinguístico Umbundo. |
| Actividades económicas | Agricultura, pesca e pecuária |
| Infraestruturas sociais | Existe escola primária que lecciona até a 6ª classe próximo a fazenda. |



MINAGRIF/PDAC



4 ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da **Cooperativa Ndula Assango**, foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.1 Legislação Ambiental e Social Angolana e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial

Legislação Ambiental Angolana

- Decreto Executivo nº 6/96 de 2 de Fevereiro – Sobre a legislação de saúde e Segurança ocupacional
- Decreto Executivo nº 17/13 de 22 de Janeiro – Gestão de resíduos de demolição e construção
- Decreto Executivo nº 92/12 de 1 de Março – Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais
- Decreto Presidencial nº 196/12 de 30 de Agosto – Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)
- Decreto Presidencial nº 261/11 de 6 de Outubro – Sobre a Qualidade da Água
- Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril – Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental
- Decreto Presidencial nº 190/12 de 24 de Agosto – Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos
- Decreto Presidencial nº 194/11 de 07 de Julho – Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.
- Decreto Presidencial nº 82/14 de 21 de Abril – Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos
- Lei nº 6/17 – Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem
- Lei nº 09/04 de 9 de Novembro- Lei de Terra
- Lei nº 5/98 de 19 de Junho – Lei de Bases do Ambiente
- Lei nº 6 / 02 de 21 de Junho – Lei das Águas

Legislação Social Angolana:

- Lei nº 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social
- Lei nº 25/12 de 22 de Agosto- Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança
- Lei nº 7/15 de 15 de Junho- Lei Geral do Trabalho
- Lei nº 25/11 de 14 de Julho- Violência Doméstica
- Decreto nº 43/03 de 4 de Julho- Regulamento sobre o VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional
- Decreto nº 53/05 de 15 de Agosto- Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais
- Decreto Presidencial nº 222/13 de 24 de Dezembro- Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política
- Lei nº 1/21 de 7 de Janeiro- Lei das Expropriações
- Lei nº 22/11 de 17 de Junho- Lei da Protecção de Dados Pessoais
- Decreto nº 31/95 de 5 Novembro – Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.

Políticas Operacionais do BM

- OP 4.01 - Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitat Natural
- OP 4.37 - Segurança de barragens/represas



MINAGRIF/PDAC



- OP 4.09 - Gestão de Pragas
- OP 4.11 - Recursos físicos e culturais
- OP 4.12 - Reassentamento Involuntário

4.2 Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. (Ver tabela a seguir)

Tabela 10: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

| Aspecto | Leis de Angola | Exigência do Banco Mundial | Lacuna ou Conflito |
|--|--|--|---|
| O EIA é necessário para actividades de infraestruturas proposta | O Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental. | A OP 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária, geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). | Sem lacunas assinaláveis |
| Gestão de Pragas | Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país. | A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (OP 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovado. | O regulamento angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se recomenda a aplicação dos padrões do Banco Mundial. |
| Reassentamento involuntário | <p>• A Constituição da República de Angola –o nº 2 do artigo 15 - reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei.</p> <p>A Lei de Terras n. 9/04, o Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma finalidade pública.</p> <p>A Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, a Lei n. 3/04, artigo 20 (Expropriação por utilidade pública).</p> | OP 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, resultando em impactos | Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais orientações sobre este assunto. |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto | Leis de Angola | Exigência do Banco Mundial | Lacuna ou Conflito |
|--------------------------------------|--|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Direito Ambiental, Lei n.º 5/98 – Assume que o desenvolvimento de qualquer infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada. | adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas. | |
| Saúde e Segurança no Trabalho | <ul style="list-style-type: none"> • Lei Geral do Trabalho (Lei n.º 7/15) – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola. | O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Directrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSA). | Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e é percebido como impedimento). |
| Consultas Publicas | <p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas pelo departamento ministerial do ambiente.</p> | <p>O processo de consulta é contínuo: (i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agências nacionais, ONGs i (ii) reuniões abertas ao público nos municípios.</p> <p>As consultas deverão acontecer na fase de selecção do local do projecto, triagem do projecto, elaboração de documentos (PGAS);</p> <p>(iii) As Consultas públicas devem ser consideradas com um processo contínuo.</p> | <p>Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos indústrias e de obras porque têm maior impacto.</p> <p>O BM exige consulta pública para todos os subprojectos e são realizados pelo TSP's para cada subprojecto ou um conjunto de subprojectos no âmbito da elaboração do PGAS.</p> |
| Triagem Ambiental e Social | <p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial n.º 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Sistema Integrado do Ambiente) do Ministério do Ambiente (MINAMB)</p> | <p>Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada projecto proposto para determinar a extensão apropriada e</p> <p>tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.</p> | <p>Não existem conflitos ou lacunas assinaláveis uma vez que o processo de triagem ambiental e social do Banco Mundial cumpre com os requisitos da legislação ambiental angolana para triagem e parecer ambiental dos subprojectos registados no portal do MINAMB.</p> <p>O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré-avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.</p> |



MINAGRIF/PDAC



5 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do projecto.

5.1 Metodologia de avaliação dos impactos Ambientais e Sociais

Definição dos impactos: “Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” – Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril.

A metodologia utilizada foi a **matriz de interação** que consiste em uma listagem de controle bidimensional onde são relacionados os aspectos e impactos ambientais.

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 11: Classificação dos impactos

| Classificação | Definição de Classificação | Pontuação |
|---|--|-----------|
| A. Âmbito – a área onde se vai sentir o impacte | | |
| Local | Confinado à área do projecto | 1 |
| Regional | Os efeitos do impacto podem atingir áreas num raio de 1- 5 km do local do projecto | 2 |
| (Inter)regional | Podem atingir áreas num raio entre 5 km- 10 km do local do projecto. | 3 |
| B. Intensidade – a magnitude do impacte em relação à sensibilidade do meio receptor | | |
| Baixa | As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima. | 1 |
| Média | As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada. | 2 |
| Elevada | As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados. | 3 |
| C. Duração – o período durante o qual se sentirá o impacte | | |
| Curto prazo | Até 6 meses. | 1 |
| Médio prazo | 6 meses a 2 anos. | 2 |
| Longo prazo | Mais de 2 anos. | 3 |
| D. Probabilidade do impacte – a probabilidade de ocorrência do impacte | | |
| Baixa | <40% de probabilidade de ocorrer | 1 |
| Média | Entre 40% - 70% de probabilidade de ocorrer | 2 |
| Alta | >70% -90% de probabilidade de ocorrer | 3 |
| Reversibilidade | | |
| Reversível | As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos | 1 |
| Irreversível | As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos | 2 |
| Significância (D+R+M+A) | | |
| Pouco significativo | Quando as consequências do impacto são pouco significativas | 4-14 |
| Significativo | Quando as consequências do impacto são significativas | 15-28 |
| Muito significativo | Quando as consequências do impacto são muito significativas | 29-42 |
| Grau de impacto (S x P) | | |
| Fraco | Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo | 4-14 |
| Moderado | Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo | 15-28 |
| Forte | Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo | 29-42 |
| Natureza | | |
| Os impactos são classificados como Positivos , quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e Negativo , quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental, | | |



MINAGRIF/PDAC



5.2 Avaliação dos impactos ambientais e sociais e Medidas de Mitigação

Tabela 12: Identificação, avaliação na fase de construção e operação

| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|---|---|--|-------------------------------------|
| Aspecto Ambiental | | | | |
| Solo | <ul style="list-style-type: none"> Actividade de construção de um Crib de (100 m³ x 15 ml), de um armazém de (200 m²) e uma fossa séptica 6m² Uso inadequado de fertilizantes Preparo inadequado do solo Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes Trocas inadequadas de combustíveis Uso de equipamentos (máquinas e gerador) Trocas inadequadas de combustíveis podem causar explosão e a exposição causar doenças respiratórias, doenças de pele. | <ul style="list-style-type: none"> Contaminação dos solos por derrame de combustíveis e lubrificantes; Produção Resíduos de Construção e demolição; Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil; Descarte inadequado de resíduos; Compactação do solo; Supressão de vegetação; Erosão do solo; Salinização no solo; Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo; Redução da qualidade do solo, reduzida a taxa de infiltração e as características dos solos; Redução e/ou eliminação da biodiversidade. | <ul style="list-style-type: none"> Cumprir com as orientações do Plano de Gestão de Resíduos. Seleccionar um local adequado para a deposição dos resíduos de construção. Estes resíduos deverão ser geridos adequadamente e de acordo a legislação nacional nomeadamente Decreto Executivo nº 17/13 sobre os Resíduos de Construção e Demolição e o Decreto Presidencial nº 190/12 sobre o Regulamento de Gestão de Resíduos Realizar sempre a preparação do solo na época certa de cultivo. Realizar sempre a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Impermeabilizar ou pavimentar conforme legislação os recintos de manutenção regular equipamentos e máquinas, oficina, armazenamento e abastecimento de combustíveis e zonas de geradores e construir bacias de decantação de hidrocarbonetos para conter possíveis derrames acidentais de combustíveis e lubrificantes. Os resíduos e efluentes residuais resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para um destino final ambientalmente adequado. Elaboração e implementação de um plano de gestão de pesticidas segundo as recomendações da FAO (http://www.fao.org/fileadmin/templates/agphome/documents/Pests_Pesticides/Code/CODE_2014Sep_ENG.pdf.) Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxágue e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da IFC. Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com as recomendações da IFC. Os fertilizantes devem ser armazenados na sua embalagem original e em local devidamente identificado com placas de sinalização. O seu uso deverá ser de acordo com as orientações internacionais e responder às medidas de protecção do ambiente. | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|---|---|--|-------------------------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> Promover a adopção da técnica de rotação de culturas com leguminosas. Elaborar e implementar de um programa de fertilizantes balanceados para cada unidade de manejo do solo | |
| Recursos Hídricos | <ul style="list-style-type: none"> Má gestão de recursos hídricos Actividades relacionadas Local de tratamento dos resíduos Supressão da vegetação e risco de erosão Uso incorrecto de produtos químicos agrícolas; Gestão incorrecta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Sedimentos podem se tornar poluente significativo, dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. | <ul style="list-style-type: none"> Contaminação do Rio Mussanzo e Rio Cacoia Perda da biodiversidade aquática Erosão dos solos | <ul style="list-style-type: none"> Instalação de fossas sépticas (ou equivalentes) para a recolha das águas residuais, incluindo os efluentes das lavagens dos equipamentos. Seleccionar empresas devidamente certificadas pelas autoridades competentes, para a gestão de efluentes. Antes de serem descarregados no meio receptor, os efluentes devem ser tratados sempre que possível e se disponível, de forma a cumprir os critérios mínimos de qualidade estabelecidos pelas directrizes nacionais sobre qualidade de efluentes e tratamento de águas residuais. Determinar áreas menos sensíveis em termos de erosão e sensibilidade da biodiversidade para o lançamento de efluentes residuais produzidos na fazenda, após tratamento. Esta descarga apenas poderá ser efectuada em local indicado pelas autoridades relevantes e após a sua aprovação pelas mesmas. | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Preparação de terras de agricultura durante a época seca. Gestão inadequada de resíduos Funcionamento dos equipamentos e geradores de energia a diesel Construção de infra-estruturas físicas construção de um Crib de (100 m³ x 15 ml), de um armazém de 200 m² e uma fossa séptica 6m³ Gestão inadequada de resíduos | <ul style="list-style-type: none"> Degradação da qualidade do ar Geração de ruídos e poeiras Emissões de fumos | <ul style="list-style-type: none"> Uso de máscaras em caso de poeiras. Fornecer aos trabalhadores equipamentos de protecção individual (EPI) adequados. Capacitar o pessoal para o manuseio adequado de produtos químicos Ações de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos). Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação. Aproveitamento dos resíduos como fertilizantes de forma manos impactante (incorporação do solo) Correcto manuseio dos sistemas de tratamento de água para que estes não sejam fontes de emissão de gases e odores | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Gestão de resíduos | <ul style="list-style-type: none"> Gestão inadequada de resíduos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as | <ul style="list-style-type: none"> Poluição atmosférica; Contaminação dos solos e da água Exposição a produtos tóxicos | <ul style="list-style-type: none"> Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|-------------------------------|--|---|---|-------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> respectivas embalagens produtos de limpeza). Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas do subprojecto “Cooperativa Ndula Assango”. | <ul style="list-style-type: none"> Degradação da paisagem Potencial de poluir as águas superficiais e os lençóis freáticos (amónio e nitratos). | <ul style="list-style-type: none"> Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos). Os resíduos de palha podem ser reciclados e incorporados no solo para reposição de nutrientes. Criar um sistema de recolha de resíduos de pesticidas e herbicidas após o uso e de forma adequada armazenado até a Deposição final (acções de fiscalização no campo). Fornecer treinamento e orientação aos trabalhadores sobre gestão de resíduos. Evitar que os resíduos sejam queimados. Os resíduos orgânicos (restos de alimentos) serão reciclados para a alimentação dos animais da fazenda. Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a protecção do solo. Identificar os locais adequados para o depósito de entulho e materiais sobrantes resultantes do processo de construção (pavimentação). | |
| Aspecto Social | | | | |
| Saúde e segurança Ocupacional | Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas | <ul style="list-style-type: none"> Riscos operacionais e no local de trabalho Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do subprojecto Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos insecticidas entre outros. Doenças respiratórias e da pele. Risco de eventuais danos a propriedades, culturas e outros bens de terceiros causados de forma acidental durante a movimentação de máquinas e | <ul style="list-style-type: none"> Educar os agricultores para que adoptem boas práticas com base nas técnicas de manuseio de pragas, Não uso de pesticidas químicos a menos que seja recomendado pelos técnicos autorizados Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; Manter no local material para prestar os primeiros socorros (por exemplo: soro antiveneno). o pessoal treinado deve estar disponível para os procedimentos de evacuação de emergência (conforme os planos de emergência) Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST); Garantir o abastecimento de água adequado para responder ao consumo dos trabalhadores Garantir a reposição de qualquer dano sobre propriedades, culturas e outros bens de terceiros, causados acidentalmente durante os trabalhos relacionados com o Plano de Negócio. | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|-----------------------------------|---|--|--|-------------------------------------|
| | | equipamentos relacionados com as actividades de reabilitação, construção e agrícolas. | | |
| | Alojamentos inseguros e anti-higiénicos para os trabalhadores | <ul style="list-style-type: none"> Saúde enfraquecida do trabalhador | <ul style="list-style-type: none"> Garantir instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Saúde e segurança comunitária | Manuseio de máquinas, materiais e veículos de apoio às actividades de reabilitação de estruturas existentes, construção de novas estruturas e de apoio às actividades agrícolas | <ul style="list-style-type: none"> Acidentes em locais públicos resultantes da movimentação de máquinas, materiais e veículos relacionados com as actividades de reabilitação e construção de estruturas e actividades agrícolas Risco de eventuais danos a propriedades, culturas e outros bens de terceiros causados de forma acidental durante a movimentação de máquinas e equipamentos relacionados com as actividades de reabilitação e construção de estruturas e actividades agrícolas | <ul style="list-style-type: none"> Informar as comunidades localizadas ao longo da via de acesso à fazenda sobre os dias em que haverá movimentação de veículos de transporte de materiais e máquinas de apoio às actividades de reabilitação/construção e actividades agrícolas, e sobre medidas de prevenção de acidentes a seguir; Informar as comunidades vizinhas sobre o Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do Projecto e canais de reclamação disponíveis localmente; Garantir a reposição de qualquer dano sobre propriedades, culturas e outros bens de terceiros, causados acidentalmente durante os trabalhos relacionados com o Plano de Negócio. | Proponente com apoio técnico do TSP |
| | Salários baixos ou insuficientes | <ul style="list-style-type: none"> Insatisfação dos trabalhadores, probabilidade de haver greve ou paragem dos trabalhos na fazenda. | <ul style="list-style-type: none"> Cumprir com o salário mínimo estipulado na LGT | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Contratação/afluxo de mão-de-obra | Trabalho infantil | <ul style="list-style-type: none"> Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida. | <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização a não levar as crianças aos campos de cultivo aos trabalhadores eventuais e efectivos, abordar durante as formações de palestras com os trabalhadores, bem-estar das crianças, cuidados básicos a ter com as crianças aos períodos laborais (ex.: protegê-las do sol e de riscos específicos nos locais de trabalho, no contacto com os animais, etc) e assegurar o uso de água potável com as crianças durante o horário de trabalho; Sensibilização a aderência à escola; Criar um espaço comunitário e contratar uma educadora para acompanhar as crianças enquanto os pais estão no campo. | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|--|---|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> Assédio verbal e físico; Exploração e Abuso sexual e Assédio Sexual (EAS/AS) sobre as comunidades envolvidas ou entre o pessoal profissional no ambiente de trabalho. | <ul style="list-style-type: none"> Pouca produtividade dos trabalhadores e aumento de stress no seio dos mesmos. Perca da autoestima; Depressão; Perturbações de memória; Trauma físico e ou psicológico sobre a vítima; Conflito com a comunidade envolvente; Perda de trabalho do trabalhador. | <ul style="list-style-type: none"> Subscrever e aplicar o Código de Conduta a todos os trabalhadores do subprojecto, que proíbe actos EAS/AS e contacto sexual com os menores de 18 anos e outras condutas exigidas para assegurar as boas relações no trabalho e na comunidade envolvente sancionando em caso de incumprimento; Assegurar que todos trabalhadores (homens e mulheres) assinam o CdC Garantir o treinamento periódico dos trabalhadores sobre questões relacionadas à VBG/EAS/AS, suas obrigações e comportamentos proibidos estipulados no CdC; Assegurar que os espaços e instalações sanitárias no site são separados por género, seguros e bem iluminados; Garantir que os procedimentos de implementação integrem medidas sensíveis ao género; Sensibilizar os trabalhadores e a comunidade envolvente sobre a temática de EAS/AS Treinamentos periódicos dos preponentes e trabalhadores sobre a temática e o conteúdo dos CdC e MSGR (palestras, formação, encontros com as comunidades vizinhas); Consultas independentes das mulheres nas comunidades afectadas e interessadas; Implementação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores; Promover igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho para ambos sexos; Garantir a implementação de sanções sobre práticas de assédio no subprojecto sendo estas consideradas como inaceitáveis, em alguns casos culminando o despedimento; Accionar imediatamente o Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do PDAC em caso de incidente ou acidente relacionado com o subprojecto, que tenha ou seja suscetível de ter um efeito adverso significativo nas comunidades afectadas ou nos trabalhadores, incluindo os relacionados com acidentes de trabalho que possam resultar em morte ou ferimentos graves, violência baseada no género (VBG), em particular, exploração sexual, abuso e assédio sexual (EAS/AS); Para os casos relacionados com EAS/AS informar a equipa do PDAC em menos de 24 horas; Assegurar a confidencialidade dos casos de VBG/EAS/AS registados no subprojecto; Garantir que informações sobre como denunciar casos de VBG/EAS/AS sejam disseminadas no subprojecto e nas comunidades envolvidas (através de | <p>Proponente com apoio técnico do TSP e especialistas do PDAC</p> |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--|--|--|--|---|
| | | | <p>palestras, formação e encontros com os trabalhadores e comunidades) e assegurar o acesso ao MSGR.</p> <ul style="list-style-type: none"> Não deve haver compensação económica à vítima, e isso não deve ser encorajado pela empresa | |
| | <ul style="list-style-type: none"> Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores Contratação de mão- de – obra permanente | <ul style="list-style-type: none"> Fadiga do trabalhador, provocando mais número de lesões e doenças; Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores que pode leva ao trabalho infantil. Falta de protecção social dentro da fazenda. | <ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os proponentes e trabalhadores sobre questões laborais, Cumprir com as orientações da legislação nacional sobre a carga horária dos trabalhadores. Elaborar contratos de trabalho conforme a LGT Promover igualdade de oportunidade para ambos sexos. | Proponente com apoio técnico do TSP |
| | Criação de novos postos de trabalho | Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar | <ul style="list-style-type: none"> Sempre que possível, tendo em conta às necessidades e a qualificação da mão-de-obra, dar preferência à população local e da envolvente em termos de emprego, com vista à redução dos níveis de desemprego local. Promover igualdade de oportunidade para ambos sexos. | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Afectação/deslocamento de activos económicos/físicos | <ul style="list-style-type: none"> Exploração de novas áreas agrícolas dentro da propriedade do proponente Transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação | <ul style="list-style-type: none"> Deslocamento económico/físico de lavras e/ou habitações de população (exploradas de modo informal/provisório) impactadas por áreas agrícolas que serão exploradas pelo subprojecto; Afectação de activos económicos nas vias de acesso à propriedade do proponente durante o transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação. | <ul style="list-style-type: none"> Identificar e cadastrar os actuais ocupantes que usam parcelas de terreno (ainda que de modo informal ou provisório) pertencentes à propriedade do proponente para a prática de actividades de subsistência, indicando o tipo de estruturas, culturas e outros activos económicos e/ou físicos existentes (ver modelo de ficha de cadastro em anexo 8.6). Identificar e cadastrar os actuais activos económicos e/ou físicos localizados nas bermas da via de acesso à propriedade do Proponente sob risco de afectação durante a deslocação de materiais e/ou inertes relacionados com obras e outros trabalhos previstos pelo Plano de Negócios (considerar os que se situem dentro de uma largura total de 7m da via de acesso¹). O proponente deverá analisar e encontrar soluções alternativas que evitem qualquer tipo de deslocamento físico e/ou económico de utilizadores de parcelas de terrenos nas áreas de exploração, de modo a assegurar a continuidade das actividades económicas e/ou de subsistência dos actuais utilizadores durante o período de financiamento. | Proponente com o apoio técnico do TSP e equipa PDAC |

¹ A estimativa de 7m considera os 3,5m largura mínima prevista para um arruamento rural e aproximadamente 1,5m de berma de segurança em cada lado.



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|--------------------|---------|--|------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Danos causados acidentalmente em parcelas localizadas ao longo das vias de acesso à propriedade do Proponente durante o transporte de materiais e inertes deverão ser reportados ao PDAC, repostos e indenizados, por mútuo acordo, mediado pela equipa do PDAC. | |



6 PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Este Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) contém um conjunto de planos os quais contemplam diversas medidas e acções que devem ser aplicadas durante a construção e operação da fazenda de produção de milho, feijão e batata doce. Estes planos permitirão estimular a melhoria da qualidade de vida, nas dimensões sociais, ambientais, culturais e económicas.

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- Plano de Atendimento às emergências
- Plano de fertilização e gestão de pragas e doenças
- Plano de prevenção da COVID-19
- Plano de Prevenção de EAS/AS
- Plano de implementação do MSGR
- Plano de envolvimento das partes interessadas
- Plano de Formação Ambiental e Social

6.1 Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes

O âmbito do presente Plano de Gestão de Resíduos (PGR) restringe-se exclusivamente às actividades do subprojecto “Cooperativa Ndula Assango.” Entende-se por gestão de resíduos todos os procedimentos a serem implementados de forma sistemática com vista a assegurar uma gestão ambientalmente segura, sustentável e racional dos resíduos. A gestão abrange a recolha, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte interno e externo e destino final. O presente PGR engloba a gestão de resíduos não perigosos e resíduos perigosos. O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Tabela 13: Procedimentos de gestão dos resíduos

| | |
|--|--|
| <p>Procedimentos operacionais para a gestão de resíduos</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os resíduos não perigosos, inertes como os resíduos de construção e/ou demolição não poderão ser descartados no reservatório de resíduos urbanos, devem ser dispostos em aterros de inertes; caso não seja possível, devem ser reaproveitados na construção; ✓ Os resíduos de embalagens de pesticidas e fertilizantes provenientes da actividade agrícola devem ser armazenados em recipientes adequados (reservatórios de resíduos) em local seguro e sinalizado e encaminhados ao aterro sanitário. Em caso de inexistência de aterros, estes resíduos não poderão ser reutilizados e/ou armazenados com os resíduos urbanos domésticos, por conterem substâncias perigosas, deste modo, devem-se criar medidas para o tratamento e destino final destes; ✓ Garantir a identificação dos recipientes/locais de armazenagem de resíduos; ✓ Assegurar e elaborar o registo das quantidades e local de disposição final dos resíduos. |
| <p>Procedimentos operacionais para a gestão de efluentes:</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ As águas residuais da construção e das instalações sanitárias não poderão ser escoadas para os cursos de água locais; ✓ Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem local (caso exista), ou no meio hídrico próximo, e muito menos derramado no solo; ✓ Durante a fase de construção de infraestruturas, deve-se criar sistemas de escoamento de águas residuais com tratamento adequado. |

Os resíduos sólidos poderão ser gerados em todas as etapas do subprojecto, pré-construção, construção e implementação das actividades, os mais frequentes são apresentados na tabela a seguir: neste âmbito, são apresentadas medidas específicas de gestão que garantem que os resíduos gerados não produzam efeitos ambientais negativos sobre os solos, a água ou a atmosfera. A gestão de resíduos é também importante para não comprometer a saúde pública das comunidades locais e dos trabalhadores, e para evitar a proliferação de pragas.



Tabela 14: Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções

| Resíduos | Código LAR | Classificação | Local de produção | Tipo de acondicionamento proposto | Acções | Responsabilidade |
|--|--------------------------------------|---------------------------|---|--|--|------------------|
| Vidro | 20 01 21 | Não Perigosos | Armazém e alojamento | Colector de plástico | Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local | Proponente |
| Plásticos | 20 01 39 | | | | | |
| Papel | 20 01 01 | | | | | |
| Cartão | 20 01 39 | | | | | |
| Madeiras | 20 01 38 | | Obra e resto de cerca | Colector de madeira | | |
| Resíduos de culturas (palhas, sabugos) | 20 01 08 | Área de produção agrícola | Colector de plástico | Compostagem (e espalhamento). | Proponente | |
| Matéria orgânica | 20 01 08 | Cozinha | | | | |
| Embalagens de pesticidas e fertilizantes, | 15 01 10 | Perigoso | Armazém | Colector de plástico | Lavar bem as embalagens Cortar e fazer furos para torná-las inutilizáveis Levar a embalagem a um lugar apropriado | Proponente |
| Resíduos de construção de infraestruturas (materiais de construção, pedras, madeira, etc) | 170101 170102 170201 170407 | Perigosos | Área de construção do construção de um Crib de (100 m ³ x 15 ml), de um armazém de (200 m ²) e uma fossa séptica 6m ³ | Colectores de metal ou por cima de uma Lona de forma a proteger o solo | Os Resíduos de construção e demolição devem ser armazenados em local apropriado e separados de outros resíduos. Devem ser reciclados para a cobertura de estradas e caminhos dentro da fazenda | Proponente |
| Óleos de cozinha usados | 20 01 25 | Não Perigosos | Actividades domésticas | Colector de plástico | Obtenção do sabão (para lavagem de roupa) | Proponente |
| filtros de óleo, óleo lubrificante usado ou contaminado/ Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação. | 16 01 07/ 13 02 08 | Perigoso | Área de manutenção dos equipamentos | Tambores metálicos | Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos no cuanza sul, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com oficinas de reparação e manutenção de veículos próximas para a recolha destes materiais. | Proponente |
| Combustíveis | 13 07 03 | Perigoso | Manutenção e abastecimento dos geradores (Áreas dos geradores) | Tambores metálicos | Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e | Proponente |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | | |
|--|----------|----------|--|---|---|------------|
| | | | | | impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a protecção do solo. | |
| Pilhas alcalinas | 20 01 33 | Perigoso | Área administrativa; Alojamento; Armazéns. | Caixas (plástico) de armazenamento de pilhas usadas | Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos Cuanza Sul, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com empresa de recolha de pilhas. | Proponente |
| Acções de Acompanhamento e Verificação | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar a recolha e o armazenamento temporário dos resíduos de forma a prevenir ou minimizar os aspectos ambientais que poderão causar impactos ambientais negativos; Inspeccionar visual e periodicamente os pontos de disposição de resíduos perigosos e não perigosos para a verificação da manutenção da qualidade do solo e das águas, anterior a estas actividades; <ul style="list-style-type: none"> Registo do volume de resíduos e das suas condições de transporte e deposição. | | | | | | |
| Acções de Minimização | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de geração de resíduos. Sempre que uma acção de minimização for implementada, o inventário e o banco de dados deverão ser actualizados por meio de relatório anual específico; Após a minimização, proceder à identificação de alternativas de reutilização interna dos resíduos, considerando-se o transporte e a viabilidade técnica e económica desse resíduo; Garantir que as áreas de armazenamento e manuseamento de resíduos, após a sua separação, principalmente dos resíduos perigosos, estarão protegidas e devidamente sinalizadas, para evitar acidentes. | | | | | | |
| Acções de Controlo | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Realizar um inventário de resíduos e produtos perigosos a serem gerados nas diversas fases do projecto. O inventário deverá apontar os tipos de resíduos, as quantidades, a sua classificação e a forma de tratamento a ser adoptada para evitar danos no meio ambiente; Capacitar uma equipa de funcionários ou terceiros para realizar a classificação, separação, manuseamento e transporte dos resíduos; | | | | | | |
| Responsabilidades | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> O plano de Gestão de Resíduos e efluentes deverá ser implementado pela equipa técnica ambiental de responsabilidade da BRLi-Sirius, com papel de implementar as medidas de mitigação dos impactos, monitoria e verificação da eficácia das medidas, apresentar relatórios periódicos a equipa de salvaguardas ambientais do PDAC e capacitar os trabalhadores para a separação e tratamento dos resíduos. A equipa de salvaguardas ambientais do PDAC, tem a responsabilidade de monitorar e avaliar a eficácia do referido Plano de Gestão de resíduos. | | | | | | |

6.1.1 Cronograma de implementação do PGR

Tabela 15: Cronograma de implementação do PGR

| Acções | Descrição das acções | Responsabilidades | Cronograma |
|---|---|--|-----------------------------------|
| Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local | Compostagem (e espalhamento). | Proponente | Fim do ciclo de cada cultura |
| Prevenção e controlo de potenciais impactos resíduos não agrícolas ou resíduos perigosos dos sistemas de produção (por exemplo, | Recolher do campo após o uso, todas as embalagens de pesticidas e herbicidas e armazenar devidamente até a disposição final. Não queimar embalagens, plásticos ou outros resíduos sólidos; | Proponente com apoio do TSP BRLI/SIRIUS | Início da instalação das culturas |



| | | | |
|--|--|--|------------------------------------|
| recipientes de pesticidas, resíduos, pesticidas e embalagens | Fazer a gestão dos resíduos sólidos de acordo com as Directrizes EHS; Utilizar grandes recipientes e/ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos recipientes Examinar formulações e embalagens alternativas de produtos (por exemplo, material biodegradável). Gerir os pesticidas vencidos e indesejados como resíduos perigosos de acordo com Directrizes EHS e da FAO a Gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e Obsoletos. | | |
| Capacitação/treinamento do pessoal | Realizar capacitação e treinamentos para os trabalhadores de modo a dar resposta ao uso correcto dos resíduos gerados dentro da fazenda | Proponente com o apoio do TSP BRL/SIRIUS | Final das instalações das culturas |

6.2 Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

O plano de Higiene, saúde e segurança ocupacional (SSO), fornece directrizes para a protecção dos trabalhadores e da comunidade em geral. Serve para dotar os proponentes e os trabalhadores do projecto das medidas adequadas de segurança pessoal, dos riscos e danos que possam ocorrer durante as actividades da fazenda.

Tabela 16: Análise de risco

| Actividade | Perigos/Riscos | Causas | Potenciais Consequências | Prevenção | Responsável |
|--|--|---|--|---|-------------|
| Preparação do solo | Exposição a ruído | Circulação da Máquinas e veículos agrícolas, | Dor de cabeça, desconcentração e estresse | Utilização de protectores auditivos | Proponente |
| | Riscos de acidentes | Má circulação da Máquinas e veículos agrícolas, | A falta de experiência para movimentação de máquinas e veículos agrícolas e agro-tóxicos | Atropelamento Lesões corporais, | |
| | Inalação de substâncias químicas | A falta do uso de máscaras | Doenças respiratórias, | Usar máscaras durante o uso e preparo dos químicos | |
| | Poeiras | Má circulação da Máquinas e veículos agrícolas, falta do uso de máscaras, | Doenças respiratórias, Pneumonia | Usar máscaras durante a preparação do solo | |
| | Exposição ao sol | Calor | Dor de cabeça, Doenças dermatológicas (câncer de pele), desconcentração e estresse | Trabalhar em horários de menor incidência solar, usar os EPIs e protector solar | |
| | Picada de animais | Local de trabalho | Caimbra, inchaço, asfixia, óbito | Uso de bota de segurança até ao joelho. inspecção do local de trabalho; ter sempre um kit de primeiros socorros à disposição. | |
| Retirada do material em Stock no armazém (armazém de insumo e produção) | Contacto com químicos, Falta de Arejamento, Inalação de substâncias químicas, outros riscos químicos, Problemas de visão, Abafamento | A falta do uso de EPIs, A falta do uso de máscaras, | Doenças respiratórias, Lesões corporais, doenças articulares, perda da visão, problemas respiratórios, | O uso de EPI's apropriados as operações, Iluminação devida da área de trabalho. Implementação de exaustores, Limpeza constante e organização da área. | Proponente |



| | | | | | |
|--------------------------------------|----------------------|--|--|--|------------|
| | | Maus posicionamentos, esforço excessivo, A falta de aberturas, janelas ou exaustores. | excesso de calor, asfixiamento | | |
| Circulação na fazenda | Picadas de mosquitos | Local com acúmulo de água, resíduos orgânicos e/ou sólidos | Malária | Limpeza e arrumação da zona, uso de repelente, calças e camisetas com mangas longas. | Proponente |
| Movimentação manual de cargas | Esforço físico | Sobrecarga de corpo | Lesões corporais, estresse, dores musculares | Alongamentos, intervalo para descanso durante os levantamentos | Proponente |

Tabela 17: Cronograma de ações e responsabilidades de PHSSO

| Acções | Responsabilidades | Período de execução |
|---|---|--|
| Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas; | Proponente com apoio do TSP BRLi/Sirius | No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir |
| Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas; | Proponente | No início de cada campanha agrícola |
| Colaborar na implementação do Plano de EAS/AS e o Plano de Acção para a implementação do MSGR e implementar o Plano de CP. | Proponente | Sempre que estes ocorrerem |
| Registar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana | Proponente | Sempre que estes ocorrerem |
| Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências; | Proponente e entidades locais da saúde | Semestralmente |

6.3 Plano de atendimento às emergências da fazenda

O Plano de atendimento a emergências (PAE), estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais susceptíveis de ocorrer durante as actividades na Fazenda, com intuito de garantir a preservação da vida, redução dos danos, protecção das pessoas envolvidas no subprojecto e minimizar os impactos adversos.

Tem como principais objectivos:

- Preparação e organização dos meios e equipamentos adequados que garantam a protecção da vida em caso de acidentes e/ou outros perigos;
- Orientar e dirigir o atendimento a reais e eventuais emergências que possam ocorrer na Fazenda.

Tabela 18: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE

| Acções de Acompanhamento e Verificação | Responsabilidades | Emissão de relatórios e Avaliação de resultados | Cronograma de implementação |
|---|---|---|--|
| Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes | Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil e bombeiros | Como instrumentos de acompanhamento e avaliação serão elaborados registos trimestrais de acidentes e emergências, um relatório de implementação e avaliação das directrizes estabelecidas. Este relatório será submetido ao PDAC no âmbito de acompanhamento do PGAS. | As acções de atendimento a emergências devem ser realizadas semanalmente. |
| Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos (kits de primeiros socorros, EPI, kit de contenção de produtos químicos, rede de hidrantes e extintores); | Proponente | | Registo diário de emergências |
| Organização de uma equipa de emergência; | Proponente com apoio do TSP e serviço de protecção civil e bombeiros | | Registo mensal de acções de simulação de emergência. Os Treinamentos de emergência devem ser semestralmente e registados. |



MINAGRIF/PDAC



| | | | |
|---|--|--|--|
| Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes | | | |
| Comunicação e registo de emergência; | | | |
| Treinamento de pessoal | | | |

6.3.1 Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos

A Fazenda deverá adquirir equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químicos. Estes são descritos na tabela a seguir:

Tabela 19: Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químico

| Equipamentos | Descrição | implementação |
|---------------------------------------|---|---------------|
| Kit de contenção de produtos químicos | Tambores para armazenamento | Trimestral |
| | Toalhas, barreiras de contenção, esponjas, luvas de vaqueta, luvas de látex e óculos de segurança | |
| Rede de hidrantes | Bomba de Incêndio | |
| Extintores | Tipo CO2, Pó, Água | |
| Kit de primeiros socorros | Caixa de primeiros socorros | |

6.3.2 Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais

São identificados como potenciais cenários e hipóteses acidentais os itens constantes na tabela abaixo:

Tabela 20: Potenciais cenários de emergência

| Cenários de Emergência | Produto | Local |
|------------------------|--|-------------------------------------|
| Incêndio | Óleo lubrificante | Área de manutenção dos equipamentos |
| | Combustível gasolina | |
| | Combustível gasóleo | |
| | Queima de resíduos | |
| Derrames | Queima de vegetação nativa | Área de produção agrícola |
| | Combustível gasóleo | Área de manutenção dos equipamentos |
| | Combustível gasolina | |
| Óleo lubrificante | | |
| Explosão | Reservatórios de gasóleo, gasolina, álcool e óleo lubrificante | Área de armazenamento de produtos |
| | Latas de tintas, vernizes e solventes. | |

6.3.3 Procedimento de emergências

Os Primeiros socorros são intervenções que devem ser feitas de maneira rápida, logo após o acidente ou mal súbito, que visam a evitar o agravamento do problema até que um serviço especializado de atendimento chegue até o local.

Tabela 21: Procedimentos de emergências

| | |
|--|--|
| Procedimento de primeiros socorros em caso de picada de serpente: | Lavar a área da picada com água e sabão, colocar o acidentado em posição confortável, de preferência deixando a vítima deitada com a área afectada em um nível abaixo do coração e levar a vítima ao atendimento médico mais rápido; |
| Procedimento de primeiros socorros em caso de fracturas | O socorrista deve imobilizar a região acometida para evitar a movimentação dos fragmentos dos ossos lesionados; |
| Procedimento de primeiros socorros em caso de desmaio: | ✓ Ao presenciar um desmaio, algumas medidas podem ser tomadas, como deitar a vítima, afrouxar suas roupas, garantir que o ambiente fique arejado e elevar os membros inferiores. Caso a pessoa sinta a sensação de que irá desmaiar, essa pode ser orientada a se sentar e colocar a cabeça entre os joelhos ou então se deitar; |



| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Antes de qualquer procedimento de primeiro socorro, é importante que o socorrista tenha em mente a necessidade de: manter a calma; garantir que serviço de emergência seja chamado; ✓ Quando se dirigir ao local da ocorrência, os trabalhadores deverão levar: kit de materiais de emergência, EPI's e outros equipamentos caso necessário; ✓ Ao receber a comunicação de ocorrência, será necessário obter informações: horário e local da ocorrência, tipo de ocorrência (colisão) e dimensão da ocorrência (vazamento, vítimas, etc). |
| Procedimento com comunidade circunvizinha a fazenda | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Em caso de acidente se necessário, solicitar que os moradores evacuem das suas casas, para um local mais seguro (área externa), até normalizar a situação; ✓ Prestar as vítimas (intoxicação, queimadura, etc) acções de primeiro socorro; ✓ Se necessário, encaminhar as vítimas ao pronto-socorro, hospital, através da ambulância ou outro meio de transporte disponível; |
| Procedimento em caso de vazamento no refeitório (explosão e incêndio) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Accionar o Alarme de emergência ou despertar os trabalhadores com um equipamento (apito); ✓ Após accionar a emergência, todos os trabalhadores deverão dirigir-se o mais rápido possível para o ponto de encontro para receber as orientações do chefe da equipe; ✓ Fechar o registo de gás, caso necessário retirá-los para um local seguro; ✓ As vítimas retiradas do local da ocorrência, deverão ser assistidas pela equipe de apoio, providenciando os primeiros socorros e, se necessário, encaminhá-las ao hospital. |

6.4 Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

O plano de fertilização, gestão de pragas e doenças deverá ser realizado obedecendo os procedimentos de gestão apresentados no registo de implementação do PGAS.

Este plano serve de guia para as actividades agronómicas realizadas, que reflecte o nível de intensidade da tecnologia aplicada pelo produtor e que lhe permite melhorar o processo de tomada de decisão para controlo de pragas e doenças e acompanhamento do uso de fertilizantes no solo.

Tabela 22: : Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

| Acção de controlo | Acção de acompanhamento e verificação | Responsável | Cronograma de implementação |
|--|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as pragas e doenças e nível de fertilização que afectam a cultura e orientar como identificá-los, quando agir e como intervir • Manter um registo com informações sobre todos os tratamentos realizados com produtos sintéticos e operações agronómicas que permitem o controlo de pragas, doenças e a fertilização de uma cultura para efeito de resultados. | Registo periódico do uso de fertilizantes e gestão de pragas e doenças. | <ul style="list-style-type: none"> • A responsabilidade de implementação do plano de fertilização, gestão de pragas e doenças é do técnico Engenheiro Agrónomo. • A equipa técnica da BRLI - Sirius, tem a responsabilidade de orientar o uso do Registo de implementação do PGAS com acções de acompanhamento e verificação da eficácia do mesmo | O registo de fertilização, pragas e doenças deve ser actualizado semanalmente. |

Tabela 23: Procedimento para armazenamento, manuseio, aplicação e deposição dos pesticidas

| | |
|---|--|
| Procedimentos para o armazenamento | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente). ✓ Kits de emergência para o controlo de derrames |
| Procedimentos para o manuseio | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto. ✓ Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas. ✓ As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas. |
| Procedimentos para a aplicação | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada utilizando um pulverizador a jacto. |



| | |
|---------------------------------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado. ✓ Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes. |
| Procedimentos para a deposição | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxágue e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da FAO. ✓ Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com a FAO. |

6.4.1 Uso e manuseio de pesticidas

Um plano de manuseio de pesticidas (PMP) que inclui procedimentos para a selecção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desactualizados devem ser preparados de acordo com as directrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agro-tóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Manuseio de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso).

6.4.2 Fertilizantes

- Armazenar os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário.
- Manter os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente.
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.

6.4.3 Riscos ambiental e de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agro-químicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agro-químicos são:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.



- Acondicionamento impróprio e disposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavouras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 24: Causas e medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, inseticidas

| Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos | Causas | Medidas de mitigação | Ferramentas de implementação | Resultados esperados | Indicadores de monitoria |
|--|--|--|---|---|---|
| Envenenamento da fauna, flora e humano | Eliminação inadequado de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso, e a má disposição de venenos e inseticidas | Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso Boa disposição de venenos e inseticidas Educação e treinamento Os agricultores adoptam Boas pratica agrícolas | Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível Adição de técnicas/ Abordagem PMP | Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementados Agricultores treinados Em técnicas de PMP e boas praticas | Número de agricultores Treinados, registo de treinamento |
| Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares | Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de pesticidas, uso de ETP inadequado | Controlo e supervisão Uso de pesticidas nas propriedades agrícolas | Adopção de abordagens técnicas MP Procedimentos de amostragem aleatória Para culturas e estabelecido limite de armazenamento de produtos químicos | Agricultores treinados em técnicas MP | Número de agricultores treinados, registos de treinamentos realizado |
| Saúde e segurança dos agricultores para culturas/danos ambientais | Necessidade de treinamento | Educar os agricultores para que adoptem BP as com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada o pelos técnicos autorizados | Técnicas de MP com ênfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas | Conformidade com política nacional de MIP e política do BM sobre pragas/gestão de pesticidas | agricultores treinados, em técnicas de MP, número de agricultores que implementam MP em suas lavouras |

6.4.4 Cronograma de supervisão

Tabela 25: Calendário de monitoria e supervisão

| Tipo de avaliação / Monitoria | Responsável | Frequência |
|--|--|-------------------------------------|
| Monitoria de conformidade /semelhante à inspeção in loco de acordo com as regras do PMP. | Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius. | Mensalmente ou conforme necessidade |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---|--|------------|
| Implementação das medidas de mitigação ambientais identificadas durante a aprovação do programa. | Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius. | Trimestral |
| Avaliação global do desempenho dos projectos, incluindo a implementação do PMP. Isso pode fazer parte do programa geral de monitoria do Programa. | Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius. | Anual |

6.4.5 Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

Tabela 26: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

| Acções | Responsabilidade | Cronograma |
|---|----------------------------------|--|
| Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo) | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Planeamento das acções de combate | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Preparação do local e dos outros meios preventivos e biológicos | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Implementação e avaliação dos métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos) | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Avaliação e monitoramento do Manuseio Integrado de Pragas (Registo) | Engenheiro agrónomo e proponente | Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos |

6.5 Plano de prevenção da COVID-19

Tabela 27: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

| Acções | Responsabilidade | Cronograma de implementação |
|---|--|-----------------------------|
| Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes durante 20 min, ou usar álcool em gel com frequência, | Proponente | Diariamente |
| É facultativa a utilização de máscaras faciais | Responsável da fazenda | Sempre que necessário |
| É recomendada a utilização de máscaras em lugares fechados como escritórios e armazéns | Responsável da fazenda | Sempre que necessário |
| É recomendada a todos trabalhadores a imunização por via da vacina | Proponente | Bimensal |
| Se for confirmado algum caso de COVID-19 entre os trabalhadores no local, visitantes devem ser impedidos de entrar no local e os grupos de trabalhadores devem ser isolados uns dos outros o máximo possível. | Proponente | Sempre que necessário |
| Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda | Proponente/Autoridades locais da saúde | Mensalmente |

As medidas para a prevenção da covid podem e serão actualizadas periodicamente, ou sempre tendo em conta a situação pandémica do país para garantir o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde locais e nacionais e agências de saúde internacionalmente reconhecidas (p.ex., OMS).

6.6 Plano de prevenção de EAS/AS

Neste plano está salvaguardado questões relacionadas com princípios da dignidade da pessoa humana, cidadania, igualdade, moralidade, valores sociais e de livre iniciativa.

O Plano de Acção para a mitigação e resposta aos riscos e EAS/AS no PDAC apresenta os seguintes objectivos: (i) capacitar e sensibilizar funcionários e comunidades sobre os conceitos, riscos, e serviços disponíveis para vítimas de EAS/AS; (ii) assegurar a implementação de códigos de conduta adequados, para todos os funcionários vinculados ao Projecto; (iii) implementar o MSGR com canais apropriados de denúncia e protocolos de registo e encaminhamento de incidentes EAS/AS, de acordo com os princípios-chave inerentes à atenção centrada sobre a sobrevivente.



MINAGRIF/PDAC



As vítimas/ sobreviventes poderão considerar útil que o principal ponto de contacto para assistência seja feito por profissionais qualificados com bons conhecimentos de assistência a vítimas de EAS e VBG, e terem acompanhamentos e contar com apoio moral.

O Plano também segue um conjunto de princípios que orientam o trabalho de todos - não importa sua função - em suas interações directas ou indirectas com as(os) vítimas/sobreviventes de VBG/EAS/AS. Uma abordagem centrada na vítima visa criar um ambiente de apoio no qual os direitos de cada vítima sejam respeitados e no qual a pessoa seja tratada com dignidade e respeito. Estes princípios incluem:

Segurança: uma vítima/ sobrevivente que está relatando um incidente de violência geralmente corre um alto risco de sofrer mais violência. A segurança da vítima e de outras pessoas, como seus filhos, a sua família e as pessoas que a ajudaram, deve ser a prioridade número um para todos os actores. Revelar e partilhar informações relativas a incidentes de VBG/EAS/AS a pessoas que não estão envolvidas na resolução e na gestão do incidente expõe a vítima a uma violência adicional por parte do(s) perpetrador(es) ou de outras pessoas ao seu redor.

Confidencialidade e Consentimento informado: A confidencialidade reflecte a crença de que as pessoas têm o direito de escolher a quem contarão ou não sua história. Manter a confidencialidade significa não divulgar nenhuma informação a qualquer momento a nenhuma parte sem o consentimento informado da pessoa envolvida. Qualquer informação, incluindo informação anónima, sobre a história de uma vítima, só deve ser partilhada com seu consentimento informado. O consentimento informado implica que, para ser capaz de consentir com as acções a serem tomadas a partir de sua denúncia, a vítima precisa compreender as opções e o que elas implicam. A vítima/ sobrevivente também pode mudar de opinião ao longo do processo, e seu desejo deve ser respeitado em todos os momentos. Portanto, o primeiro passo quando interagindo directamente com uma vítima/ sobrevivente é explicar as opções de encaminhamento de seu caso e em seguida conseguir seu consentimento escrito para dar seguimento ao caso.

Autodeterminação e Respeito: Autodeterminação significa respeitar a dignidade, os desejos e as escolhas das vítimas/ sobreviventes e permitir que estejam no controle do processo ao decidir a quem contar e que acção tomar.

Não Discriminação: as vítimas/ sobreviventes devem receber tratamento igual e justo, independentemente de sua idade, sexo, raça, religião, nacionalidade, etnia, orientação sexual ou qualquer outra característica.

Acesso aos Serviços Multissetoriais De Qualidade: Toda(o)s os denunciante(s) devem ser encaminhados a serviços de referência de saúde e legais de qualidade para imediatos cuidados físicos, psicossociais e jurídicos.

Dos objectivos previstos no plano de prevenção e resposta EAS/AS, o subprojecto irá focar-se em duas áreas estratégicas de intervenção, a partir das quais são organizados objectivos, acções a implementar, bem como os resultados esperados:

Área Estratégica I: Consciencialização e Educação

Tabela 28: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

| Objectivos | Acções | Resultados |
|--|--|---|
| Reduzir os riscos de ocorrência de EAS/AS e dos níveis de aceitação de VGB | Treinamentos periódicos (pelo menos semestralmente) dos proponentes e trabalhadores sobre a temática de CdC e EAS/AS (palestras de sensibilização e encontros com as comunidades vizinhas); Consultas independentes das mulheres nas comunidades afectadas e interessadas | Trabalhadores e população das comunidades vizinhas informadas sobre a intolerância do subprojecto a práticas de EAS/AS. Aumento no nível de consciencialização e conhecimentos sobre VBG e especificamente sobre exploração, abuso e assédio sexual nos espaços públicos e privados como uma violação dos direitos humanos |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|--|---|--|
| | <p>Disponibilização e divulgação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores</p> <p>Assinatura do Termo de Compromisso pelo proponente durante o desenvolvimento do PN.</p> <p>Assinatura do Código de Conduta pela empresa e trabalhadores do projecto, e apresentação clara dos seus princípios norteadores sobre as questões relacionadas com as medidas de mitigação de EAS/AS logo após a aprovação e desembolso do PGAS</p> | <p>Aumento do envolvimento de líderes comunitários e fazedores de opinião na educação pública para a redução dos riscos da EAS/AS nos espaços privados e públicos;</p> <p>Provisão das medidas disciplinares claras para situações de EAS/AS</p> <p>Empresa comprometida com a ausência de práticas EAS/AS pelos trabalhadores da fazenda desde o início do projecto de avaliação e aprovação do PN e ao longo da sua implementação.</p> |
|--|---|--|

Área Estratégica II: Resposta à EAS

O objectivo é expandir e melhorar a resposta a incidentes à EAS/AS e garantir que deverá ser executado a implementação das acções previstas semestralmente ou quando necessário.

Tabela 29: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

| Objectivos | Acções | Resultados |
|--|--|---|
| <p>Expandir e melhorar a resposta à EAS/AS</p> | <p>Palestras e sensibilização e reuniões informativas junto aos trabalhadores e comunidade envolvente sobre intolerância a práticas EAS/AS e meios de denúncia disponíveis;</p> <p>Aplicação das sanções previstas no CdC assinando pelos trabalhadores;</p> <p>Disponibilização do MSGR aos trabalhadores e comunidades envolventes perante um caso EAS/AS e informar imediatamente o PDAC/BM (em menos de 24h)</p> <p>Assinar o termo de confidencialidade e o sigilo sobre casos/incidentes EAS/AS que venham a registar-se</p> <p>Encaminhamento e acompanhamento das denúncias feitas pelos trabalhadores com a presença de um Assistente Social e outra pessoa fidedigna (PF e/ou especialista de VBG do PDAC) a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal),</p> | <p>Reclamações e denúncias registadas pelo MSGR, categorizadas e priorizadas;</p> <p>Casos/incidentes EAS/AS reportados em menos de 24h para o PDAC e BM;</p> <p>Termo assinado pelo representante da empresa/fazenda;</p> <p>Casos EAS/AS encaminhados a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal), por especialistas/entidades competentes;</p> <p>Abordagem centrada sobre a sobrevivente seguida e princípios inerentes implementados, incluindo o princípio de confidencialidade e sigilo assumido pela empresa/ fazenda.</p> |

Como parte da estratégia de resposta a EAS/AS é fundamental assegurar a disponibilidade e o acesso a este mecanismo (MSGR) pelos trabalhadores e pelas comunidades vizinhas. O MSGR dá prevê um tratamento especial às questões relacionadas com a Exploração e Abuso Sexual (AEAS) e/ou Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas, garantindo assim:

- Registo, categorização e priorização das reclamações;
- Resolver as reclamações através da consulta a todas as partes interessadas;
- Informar aos interessados sobre as soluções encontradas;
- Encaminhar os casos não resolvidos as entidades competentes.



MINAGRIF/PDAC



Em outros casos, deverá garantir também:

- Segurança,
- Cuidados médicos,
- Apoio psicossocial,
- Serviços jurídicos,
- Assistência material básica (para garantir meio de subsistência)
- Encaminhamento e acompanhamento com a presença de um Assistente Social ou outra pessoa fidedigna.
- Baseado sempre nos princípios estabelecidos no Código de Conduta como medida resposta a incidentes EAS/AS. após a aprovação do PGAS e seu desembolso.

O Proponente compromete-se a não tolerar a prática de EAS/AS pelos seus trabalhadores desde que assina o termo de compromisso para se candidatar ao financiamento do PDAC.

6.7 Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC

O mecanismo de sugestão e gestão de reclamações já se encontra disponível e a funcionar.

Estão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações nomeadamente:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes que se encontram disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC estão a ser implementados,
- Linhas telefónicas (935 834 494), endereços de email e endereços postais;
- Pontos focais para o MSGR do PDAC nas províncias de actuação, devidamente formados para o registo e encaminhamento das reclamações;
- O PDAC fornece os emails do projecto, dos Representantes Provinciais, representação provincial do Cuanza Sul (Gabinete Provincial do Cuanza Sul, [email: cuanzasul@pdac.ao](mailto:cuanzasul@pdac.ao)), [representação](#) provincial do Huambo (Gabinete do [Huambo](#), [email: huambo@pdac.ao](mailto:huambo@pdac.ao), [representação](#) Provincial da Huíla (Gabinete Provincial da Agricultura), [email: huila@pdac.ao](mailto:huila@pdac.ao) e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda.
- Website do PDAC (www.pdac.ao) neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

O MSGR do PDAC considera acções, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS) que estão estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR

Nesta etapa se desenvolve canais de comunicação que facilitem a participação pública, tendo em conta aspectos culturais e limitações de acesso às tecnologias de informação. Estes canais deverão incluir, uma linha verde



MINAGRIF/PDAC



telefónica, caixas de recepção de reclamações (físicas), trabalhar nas comunidades para criar formas de manifestações culturais.

O MSGR está disponível para os trabalhadores do subprojecto, proprietários e todas partes que possam ser afectadas pelo mesmo. com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC e a colocação de uma caixa de reclamação na fazenda.

6.8 Plano de envolvimento das partes interessadas

O envolvimento das partes interessadas deve ser feito antes da elaboração do PGAS e ao longo da implementação do subprojecto para informar a comunidade sobre o projecto PDAC, o plano de negócio da fazenda e os impactos ambientais e sociais que podem advir na implementação do subprojecto.

Os planos de envolvimento das partes interessadas têm como objectivo:

- Identificar as principais partes interessadas afectadas e / ou capazes de influenciar o subprojecto e suas actividades;
- Desenvolver um processo de envolvimento de partes interessadas que dê aos interessados uma oportunidade de influenciar o planeamento do projecto;
- Estabelecer mecanismos formais de reclamação / resolução;
- Definir relatórios e formas de monitorização para garantir a eficácia da consulta pública e revisões periódicas com base nos resultados.
- Criar reuniões adequadas ao perfil dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade de forma a garantir a sua participação no projecto.
- Disponibilidade imediata do MSGR com protocolo específico para o encaminhamento de casos EAS/AS, bem como a intolerância a práticas EAS/AS pelos trabalhadores/colaborados do projecto e subprojecto desde o momento em que os proponentes se candidatam ao financiamento

Tabela 30: Cronograma de implementação

| Acções | Descrição | Responsabilidade | Cronograma |
|--|---|--|-----------------------|
| Palestras de sensibilização na fazenda sobre a violência laboral | A violência no local de trabalho definida como situações em que os trabalhadores sofrem insultos, ameaças, agressão ou quando são sujeitos a outros comportamentos ofensivos nas circunstâncias relativas ao seu trabalho, provocada por pessoas que pertencem e por pessoas que não pertencem à organização. | Proponente | Mensal |
| Palestra de sensibilização sobre o trabalho infantil | É todo o trabalho realizado por crianças com idade inferior a 15 anos de idade e que as impede de frequentar a escola e de ter um desenvolvimento físico, mental espiritual, moral e social pleno. | Proponente/Autoridades locais de protecção a criança | Semestral |
| Divulgação do MSGR; | Dar a conhecer a população do mecanismo as populações vulneráveis e toda a população | Proponente/TSP BRLi-Sirius | Semestral |
| Palestras de sensibilização e prevenção EAS/AS e VBG | Sensibilizar a população no geral a fazer denuncia as autoridades locais ou pelo mecanismo do PDAC como forma de prevenção e combate a este tipo de violência | TSP BRLi-Sirius/ Autoridades locais no ramo da reinserção social | Semestral |
| Palestra de prevenção a Covid 19 e as DST's | Formas de prevenção e tratamentos já existentes | TSP BRLi-Sirius/ profissional da área da saúde local | Trimestral |
| Prevenção das queimadas não autorizadas | A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. | Proponente/ autoridades locais e TSP BRLi-Sirius | Início e fim de época |



6.9 Plano de formação ambiental e social

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação e sensibilização dos trabalhadores sobre os riscos Ambientais e Sociais, e a implementação de medidas de mitigação, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores do projecto.

A formação e sensibilização são ferramentas indispensáveis para mudança de atitude e consciência. Geralmente as pessoas praticam o que sabem ou já viram, seja por via de formação ou experiência prática do dia-a-dia. É neste contexto que um plano de formação se justifica para atender as necessidades específicas de cada actividade, de forma a assegurar a gestão ambiental, e adopção de medidas e cuidados específicos de segurança dentro dos processos normais da operação, com o fim maior de proteger os trabalhadores.

Os conteúdos principais são os seguintes:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações do PDAC (MSGR)

Tabela 31: Plano de formação Ambiental e Social

| Nº | Tópico de Formação | Conteúdo Programático | Beneficiários | Responsável | Cronograma |
|----------------------------------|---|--|-------------------------|---|---|
| Área temática de ambiente | | | | | |
| 1 | Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente. | ✓ Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente (em obra e áreas circundantes); | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental da BRLI-Sirius | Trimestralmente Repetir sempre que haver novos trabalhadores |
| 2 | Prevenção e controle da poluição. | ✓ Importância da limpeza do ambiente de trabalho; ✓ Prevenção e controle da erosão dos solos; ✓ Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos ✓ Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final. | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius) | Trimestralmente |
| 3 | Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais. | ✓ Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas; ✓ Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas; ✓ Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental. | Todos os trabalhadores. | Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius | Trimestralmente |



| Área temática social | | | | | |
|-------------------------|---|--|---|--|---|
| 1 | Redução dos riscos da VBG-EAS-AS | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito de violência baseada no género, exploração e abuso/assédio sexual; ✓ EAS/AS no trabalho e na interação com as comunidades envolventes. ✓ Funções e responsabilidades das partes interessadas; ✓ Procedimentos de reclamações para membros da comunidade. | <p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Todos os trabalhadores da fazenda.</p> | Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius | Trimestralmente (refrescamento) |
| 2 | MSGR | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação; ✓ Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações; ✓ Principais responsabilidades do pessoal-chave; ✓ Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações. | <p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Trabalhadores.</p> | Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius | Trimestralmente (refrescamento) |
| 3 | Exploração e abuso sexual | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Práticas não toleradas. | Todos os trabalhadores | Especialista Social/ PDAC | Trimestralmente |
| 4 | Código de Conduta | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Princípios reguladores do código de conduta; ✓ Consequência de transgressão. | Todos os trabalhadores | Especialista Social/ PDAC | Trimestralmente |
| Área temática Segurança | | | | | |
| 1 | Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de segurança e potenciais riscos por actividade; ✓ Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual (EPI); ✓ Procedimento em casos de emergência. | Todos os trabalhadores da fazenda. | Especialista da BRLi-Sirius | <p>Sempre que necessário</p> <p>Trimestralmente</p> |
| 2 | Álcool: efeitos e consequências. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho; ✓ Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas, sanções. | Todos os trabalhadores da fazenda. | Especialista da BRLi-Sirius | <p>Sempre que necessário</p> <p>Trimestralmente</p> |
| 3 | Prevenção e controlo de doenças. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (VIH/SIDA, sífilis, gonorreia); ✓ Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera); ✓ Medidas de prevenção e controlo da COVID-19. | Todos os trabalhadores | Especialista da BRLi-Sirius | Trimestralmente |
| 4 | Postura de trabalho e manipulação de cargas. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Factores de riscos associados à manipulação de cargas. ✓ Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas. ✓ Regras de segurança na condução de máquinas. ✓ Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas. | <p>Todos os trabalhadores</p> <p>Sessões pacífica para motoristas e operadores de máquinas.</p> | Especialista da BRLi-Sirius | <p>Quando tiver novos trabalhadores.</p> <p>Trimestralmente (refrescamento)</p> |
| 5 | Plano de emergência. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedimentos de | Todos os | Especialista da | Quando tiver |



| Área temática Segurança | | | | | |
|-------------------------|--------------------------------------|--|------------------------|---|--|
| | | evacuação; ✓ Simulacro; ✓ Prevenção e extinção de incêndio; ✓ Primeiros socorros. | trabalhadores. | BRLi-Sirius e Protecção civil e bombeiros | novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento) |
| 6 | Envolvimento das Partes Interessadas | ✓ Informações sobre o Projecto e Subprojecto". | Todos os trabalhadores | Especialista da BRLi-Sirius | Quando tiver novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento) |

6.10 Relatórios de Monitorização Ambiental e Social

Durante o processo de implementação do projecto, serão realizados relatórios de monitorização ambiental, que serão reportados de forma abrangente a todas partes envolvidas. Os principais relatórios serão os seguintes:

- Relatório de implementação do PGAS do plano de negócios (Semestrais).
- Relatório de monitorização anual das actividades do subprojecto e eficiência das medidas de mitigação implementadas.
- Relatório sobre reclamações e não conformidades recebidas, responsabilidades em caso de não conformidades incluindo acções correctivas e consequências (quando for necessário).
- Relatórios sobre reclamações recebidas, pendentes e reparações das reclamações acordadas e propostas sobre a implementação do projecto, actividades previstas, reclamações sobre assédio físico ou sexual, emprego infantil ou forçado, entre outras reclamações (Semestrais).
- Relatório de monitorização Semestral das condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores.

Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.

Tabela 32: Relatório de monitorização ambiental e social

| Acções de monitorização | Responsabilidades | Indicadores | Não conformidades | Acções correctivas | Frequência de verificação |
|--|---------------------------|---|---|---|---|
| Preparação e implementação de um plano integrado de gestão de pragas e doenças | Proponente/Eng.º Agrónomo | Perdas não superiores a 10% por de incidência de pragas e doenças. Volume de produção/ha com perdas (inferiores ou iguais a 10%) | Volume de produção inferior a 4 toneladas/ha | Identificar estratégias de controlo preventivo e curativo manejada de forma inadequada (química, mecânica e cultural) | 2x/campanha (a meio e ao final da campanha). No caso de controlo químico realiza-se sempre uma visita para monitorização dos resultados (entre 10 a 15 dias após aplicação). |
| Preparação e implementação de um plano de Gestão de Resíduos | Proponente | Cumprimento das actividades programadas no Plano de gestão de Resíduos (pelo menos 70%) | Que sejam realizadas menos de 70% das acções programadas no Plano de gestão de Resíduos | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PGR. | Por campanha |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | |
|---|---------------------------------------|--|--|--|--|
| | | | | Implementar acções correctivas para a próxima campanha. | |
| Preparação e implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional | Proponente | Cumprimento das actividades programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional (100%) | Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PHSS | Bimensal |
| Preparação e Implementação de um Plano de Atendimento a emergência | Proponente | Incidentes de resposta de emergência; Cumprimento das actividades programadas no Plano de Atendimento a emergência (100%) | Incapacidade de atendimento a emergência Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Atendimento a emergência | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE | Bimensal |
| Monitoramento e avaliação do grau de funcionamento do MSGR | TSP | Nº de reclamações registadas vs. nº de reclamações resolvidas; | % de reclamações resolvidas em menos e 1 mês; % de reclamantes satisfeitos com a resolução | Identificar a causa do não cumprimento das directrizes do MSGR e melhorar a implementação de procedimentos, entre PDAC, TSP e fazenda/proponente | Mensalmente |
| Preparação de um plano de monitorização das condições habitacionais e acomodações dos trabalhadores. | Proponente/ Técnico Responsável | Cumprimentos a 90% das directrizes de acomodação para trabalhadores definidos pela IFC/EBRD | Não cumprimento dos 90% das directrizes de acomodação para trabalhadores definidos pela IFC/EBRD | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD | Trimestral |
| Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS (incluindo informação sobre as não conformidades, responsabilidades e acções correctivas) | Proponente/ Brl- Sirius | Cumprimento as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS no Plano de Atendimento a emergência (100%) | Que sejam realizadas 100% as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE | Trimestral |
| Monitorização das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo | Proponente/ Técnico Responsável | Cumprimentos a 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD | Não cumprimento dos 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD | Realiza-se sempre uma visita para monitorização Semestral |



MINAGRIF/PDAC



7 CUSTOS ESTIMADOS

Tabela 33: Estimativa de custos

| Medidas de mitigação | Custos (AOA) | Responsabilidade |
|--|---------------------|------------------|
| Compra de prateleiras para separadoras de produtos químicos e sementes (perigosos e não perigosos) | 200.000 | Proponente |
| Mudas para Reflorestação da Fazenda | 100.000 | Proponente |
| Kit de contenção de Produtos Químicos | 100.000 | Proponente |
| Contentores para separação de resíduos na fonte (grandes e pequenos) | 200.000 | Proponente |
| Impermeabilização de áreas onde serão colocados geradores, armazenamento de combustíveis, armazenamento temporário de resíduos | 150.000 | Proponente |
| Equipamentos de protecção individual (EPI) adequados. | 250.000 | Proponente |
| Adopção de medidas de biossegurança, | 200.000 | Proponente |
| Garantir instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC. Wc (separados por género), fossa séptica de 6e outas requisitos estabelecido | 200 000 | Proponente |
| Caso se regista não conformidades | 150.000 | Proponente |
| Sinalização de emergência. | 100.000 | Proponente |
| Extintores (Tipo CO2, Pó, Água) | 200.000 | Proponente |
| Kit de primeiros socorros | 50.000 | Proponente |
| Formações/ Sensibilizações | 100.000 | Proponente |
| Total | 2 000 000 kz | |

Nota: o custo da reabilitação da infraestrutura como o armazém e a construção do alpendre já estão incluídas no plano de negócio.



MINAGRIF/PDAC



8 ANEXOS

8.1 Anexo I: Relatório de envolvimento das partes interessadas do subprojecto

REUNIÃO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS DO SUBPROJECTO “COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA NDULA ASSANGO”

No dia 30 Novembro de 2022, por volta das 09 horas e 05 minutos, a equipa para área de Salvaguarda Ambiental e Social, deslocou-se para a Cooperativa Ndula Assango, localizada no Município da Quibala, limitada na posição Este pelo rio Mussanzo e um riacho inominado e a norte com o rio Cacoia, apresentam médio porte mas permanente, para a realização duma reunião de envolvimento das partes interessadas ao subprojecto, sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócio, do proponente Inocêncio Anacleto (presidente da cooperativa), potencial beneficiária do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial De Angola (PDAC). A reunião teve lugar no campo agrícola da Cooperativa, contou com a presença de 08 participantes, infelizmente as senhoras que fazem parte da cooperativa não se fizeram presentes na reunião, estavam ocupadas, (membros da fazenda), seus trabalhadores.

A referida reunião teve os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

Envolvimento das partes interessadas sobre o Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios a ser implementado num dos municípios onde o PDAC está a ser implementado na província do Cuanza Sul.

Objectivos específicos:

- Apresentação pública do PN tendo como referência o documento da Cooperativa Agro-Pecuária Ndula Assango;
- Permitir que as partes interessadas (promotores e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

Teve como agenda:

- Apresentação do subprojecto (Resumo do Plano de Negócio);
- Principais impactos ambientais e sociais resultantes das actividades do subprojecto;
- Apresentação do MSGR;
- Momento para apresentação das preocupações das partes interessadas, seguido de respostas às questões apresentadas.

Intervenientes

- Eng.º Domingos Samy TSP BRLi/SIRIUS;
- Proponente;
- Pessoas interessadas

O acto de abertura foi orientado pelo Eng.º Domingos Samy representado TSP BRLi & Sirius para a Salvaguarda Ambiental e Social. O Eng.º Domingos Samy, falou duma forma muito sucinta do principal objectivo do



MINAGRIF/PDAC



encontro, dos impactos ambientais e sociais do sector agrário. Por outra, também abordou outras questões nomeadamente: Uso de equipamentos de segurança na agricultura por parte dos trabalhadores, importância da Preservação do meio ambiente e da biodiversidade no manejo de agro-químicos, gestão dos resíduos sólidos, manutenção das máquinas e dos óleos queimados.

Depois sucedeu espaço para intervenção dos participantes que resultaram em alguns aspectos importantes, a destacar:

- a) Como devemos reaproveitar o óleo de algumas máquinas?
- b) Quais são as consequências provocadas pelas queimadas florestais?
- c) A que se deve os atrasos dos desembolsos dos valores previstos no Plano de Negócio?

Após os participantes fazerem a exposição das suas preocupações houve uma sessão de esclarecimento das preocupações expostas:

a) O óleo de algumas máquinas, pode virar matéria-prima e fonte de renda. O óleo também pode gerar dividendos quando passa pela reciclagem. Pode ser utilizado como lubrificante em carros, motores, máquinas, barcos, etc. Por outra, é utilizado para a manutenção de alguns equipamentos e para a pintura ou marcação de alguns materiais.

Mais do que nunca é preciso estar devidamente atento ao modo como é usado este resíduo, porque nalgumas vezes temos nos deparados com situações que de certa forma acabam por ser preocupantes, como por exemplo, o derrame de óleo no solo, que, no entanto, causa impactos terríveis ao meio ambiente, colocando algumas espécies em risco.

O Eng.º Domingos Samy, pediu encarecidamente a especial atenção relativamente sobre esta questão, por vezes pequenos gestos podem fazer grande diferença pela positiva. Devemos pautar, por uma postura ambientalmente correcta. O óleo deve ser acondicionado em tambores, num local devidamente pavimentada para evitar a contaminação do solo.

b). As queimadas compreendem duas fontes, natural e antropogénica. Quanto a fonte natural é resultante do meio ambiente, ao passo que a fonte antropogénica é resultante da actividade humana.

As queimadas são actividades que têm se verificado com muita frequência na Província do Cuanza Sul e não só, esta questão tem nos preocupado muito, temos sensibilizado no sentido de que as pessoas devem velar por uma atitude correcta e exemplar.

Esta actividade apresenta diversas finalidades como por exemplo: Limpeza da vegetação ou preparo do solo, caça de animais, etc.

As queimadas apresentam diversas consequências tais como:

- Migração e morte de algumas espécies
- Poluição atmosférica
- Aquecimento global
- Efeito estufa intensificado
- Problemas de saúde, etc



MINAGRIF/PDAC



c) O financiamento de um Plano de Negócio obedece várias etapas, a primeira das quais é a recolha de informações sobre o local de implementação do subprojecto, seguida da elaboração conjunta de um estudo de viabilidade e do plano de negócio. Depois da aprovação do plano de negócio pelo CTI (Comité Técnico de Implementação) é realizada a consulta pública cujo relatório é anexado ao PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social). É importante referir que muita das vezes os proponentes levam algum tempo para a entrega dos documentos exigidos como condição para aderir ao projecto. Depois de cumpridas estas etapas, o projecto estará em condições de ser aprovado, ou não, dependendo das decisões das estruturas financiadoras.

OBS: A cooperativa tem na sua estrutura executiva 311 membros, dos quais 158 mulheres e 153 homens.

Este ano a cooperativa perdeu 2 toneladas de milho, devido as queimadas florestais, está pratica tem se verificado com muita frequência, na Província do Cuanza Sul, os membros da cooperativa pedem ajuda para sensibilizar a população a pautar por conduta ambiental correcta.

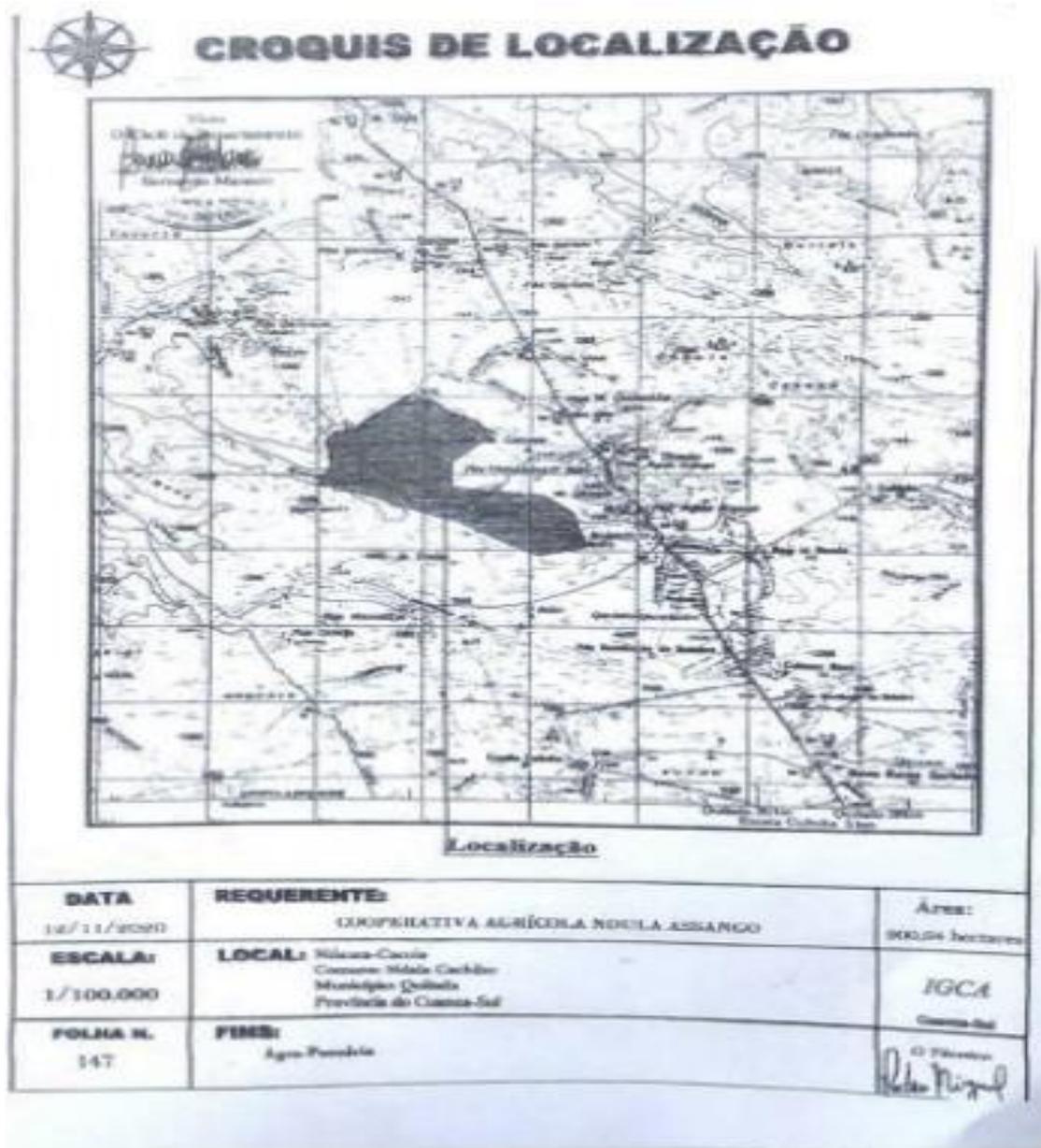
A reunião de consulta pública terminou por volta das 11 horas e 17 minutos, num clima de harmonia e satisfação dos participantes. No final tirou-se uma fotografia em família para registar o momento.



MINAGRIF/PDAC



8.2 Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto





MINAGRIF/PDAC



8.3 Anexo III: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento





MINAGRIF/PDAC



8.4 Anexo IV: Formulário do Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações – PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
 GABINETE DE ESTUDOS PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
 PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

| Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC | |
|--|---|
| Dados de Preenchimento | Código da Reclamação: MSGR_____ / _____ <i>(coloque as iniciais da provincia / n° de reclamação)</i> Reclamação preenchida por Ponto Focal (PDAC) <input type="checkbox"/> Intermediário/ mediador <input type="checkbox"/> Auto-preenchimento <input type="checkbox"/> |
| 1 Identificação do reclamante <i>(a pessoa pode optar por anonimato)</i> | Nome: _____ Idade: _____ H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> Residência - Província: _____ Município: _____ Localidade: _____ Pessoa afectada: Trabalhador/a do PDAC/ Prestadores <input type="checkbox"/> Trabalhador/a Fazenda <input type="checkbox"/> Proponentes/ Gestores <input type="checkbox"/> Comunidade/moradores <input type="checkbox"/> Entidade (pública/privada) <input type="checkbox"/> Desejo manter-me anónimo: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> <i>(Se optar por anonimato, deixar indicação de um meio de contacto)</i> |
| 2 Contactos | Telefone..... Email..... |
| 3 Descrição da reclamação | O que aconteceu: <i>(descreva em detalhe a ocorrência, causas e danos causados)</i> Partes envolvidas no incidente: Onde aconteceu: <i>(indique detalhes sobre o local da ocorrência, município e província)</i> Quando aconteceu: ____/____/____ |
| Assinatura do Reclamante:..... Atendido por:..... Data: ____/____/____ | |





MINAGRIF/PDAC



| Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC Recibo da Reclamação - | |
|---|--|
| Dados da Reclamação | Código da Reclamação: MSGR_____ / _____ <i>(coloque as iniciais da província / n° de reclamação)</i> Reclamação apresentada por: <i>(Nome do reclamante)</i> _____ Reclamação registada por: _____ Local onde foi registada/apresentada a reclamação: _____ Província: _____ Município: _____ Data de registo da reclamação: ____/____/____ |



MINAGRIF/PDAC



8.5 Anexo V: Ficha de cadastro de ocupantes na propriedade e nas vias de acesso

Componente 1 - Promoção de Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio (Planos de Negócio)
Plano Gestão Ambiental e Social



FICHA DE CADASTRO DE OCUPANTES NA PROPRIEDADE E NAS VIAS DE ACESSO

Plano de Negócio: _____ Proponente: _____ Localização: _____
Província: _____

| CÓDIGO | NOME COMPLETO Ocupante/ Usuário | TIPO DE INSTALAÇÃO/ PRODUÇÃO | ÁREA UTILIZADA (dimensão) | GEOREFERENCIAÇÃO (Coordenadas) | | FOTO | OBSERVAÇÕES 1 – Localizado dentro da propriedade 2 – Localizado na Via de Acesso/ áreas adjacentes | ASSINATURA (Usuário) |
|------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|------|------|---|-------------------------|
| | | | | NORTE | ESTE | | | |
| OCUP_PN_ (usuário)_ 01 | | | | | | | | |
| OCUP_PN_ (usuário)_ 02 | | | | | | | | |
| OCUP_PN_ (usuário)_ 03 | | | | | | | | |
| OCUP_PN_ (usuário)_ 04 | | | | | | | | |

Ficha preenchida por (técnico/proponente): _____ Data: ____/____/____ Assinatura: _____



MINAGRIF/PDAC



8.6 Anexo VI: Código de Conduta do PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



MINAGRIF/PDAC



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou



MINAGRIF/PDAC



outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expondo a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [*escrever o nome*], exercendo a função de _____ [*escrever a função*], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (NASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que



MINAGRIF/PDAC



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajas inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interacções sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliare e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



MINAGRIF/PDAC



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



MINAGRIF/PDAC



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa):

Função:

Data:



MINAGRIF/PDAC



8.7 Anexo VII. Avaliação dos impactes ambientais e sociais

Tabela 34: Identificação e avaliação dos impactes ambientais e sociais

| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Avaliação | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|---|--|--------------------|---|---|---|---|---|---|------------------|---|---|---|---|---|---|---|----|
| | | | Fase de Construção | | | | | | | Fase de Operação | | | | | | | | |
| | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | N | A | M | P | D | R | S | GI |
| Solo | <ul style="list-style-type: none"> Actividade de construção de um Crib de (100 m³ x 15 ml), de um armazém de (200 m²) e uma fossa séptica 6m² Uso inadequado de fertilizantes Preparo inadequado do solo Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes Trocas inadequadas de combustíveis Uso de equipamentos (máquinas e gerador) Trocas inadequadas de combustíveis podem causar explosão e a exposição causar doenças respiratórias, doenças de pele. | <ul style="list-style-type: none"> Contaminação dos solos por derrame de combustíveis e lubrificantes; Produção Resíduos de Construção e demolição; Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil; Descarte inadequado de resíduos; Compactação do solo; Supressão de vegetação; Erosão do solo; Salinização no solo; Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo; Redução da qualidade do solo, reduzinda a taxa de infiltração e as características dos solos; Redução e/ou eliminação da biodiversidade. | - | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 5 | 10 | - | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 |
| Recursos Hídricos | <ul style="list-style-type: none"> Má gestão de recursos hídricos Actividades relacionadas Local de tratamento dos resíduos Supressão da vegetação e risco de erosão Uso incorrecto de produtos químicos agrícolas; Gestão incorrecta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Sedimentos podem se tornar poluente significativo, dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. | <ul style="list-style-type: none"> Contaminação do Rio Mussanzo e Rio Cacoia Perda da biodiversidade aquática Erosão dos solos | | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 5 | 10 | | 1 | 1 | 2 | 3 | 1 | 6 | 12 |
| Qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Preparação de terras de agricultura durante a época seca. Gestão inadequada de resíduos Funcionamento dos equipamentos e geradores de energia a diesel | <ul style="list-style-type: none"> Degradação da qualidade do ar Geração de ruídos e poeiras Emissões de fumos | | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 5 | 10 | | 1 | 2 | 3 | 3 | 1 | 7 | 21 |



MINAGRIF/PDAC



8.8 Anexo VIII. Legislação ambiental e social e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Legislação Ambiental

Lei n.º 5/98 de 19 de Junho- Lei de Bases do Ambiente

Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.

Lei n.º 6/17 - Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem

Estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente os artigos 16.º, 17.º e 18.º da Lei n.º 15/05, de 7 de Dezembro, Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, os Decretos n.ºs 40040, de 9 de Fevereiro de 1955, 44531, de 21 de Agosto de 1962 (Regulamento Florestal) e o Diploma Legislativo n.º 2873, de 11 de Dezembro de 1957 (Regulamento de Caça)

Decreto Presidencial n.º 261/11 de 6 de Outubro -Sobre a Qualidade da Água

A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle e preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgados

Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro - A Lei de Terras de Angola

A Lei de Terras de Angola reafirma o posicionamento constitucional de que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais. A mesma Lei engloba toda a terra rural e urbana para o qual o Estado pode conferir direitos transferíveis. A Lei inclui uma disposição que obriga as pessoas que ocupam propriedade sem registo para que registem a terra dentro de um prazo estabelecido pela Lei.

Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de Agosto -Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos

O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos

Legislação Social

Lei n.º 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social

A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação

Lei n.º 25/12 de 22 de Agosto - Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei n.º 25/12)

A Lei n.º 25/12 define regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança, reforça e harmoniza os instrumentos legais e institucionais para assegurar os direitos da criança como definidos na Constituição, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança.

Lei n.º 7/15 de 15 de Junho - Lei Geral do Trabalho

A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.

Lei n.º 25/11 de 14 de Julho - Violência Doméstica

Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.

Lei n.º 22/11 de 17 de Junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais

Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação



MINAGRIF/PDAC



Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril-Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental

Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental

Decreto Presidencial n.º 196/12 de 30 de Agosto - Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)

O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer.

Decreto Presidencial nº 194/11 de 07 de Julho - Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.

O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.

Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de Abril - Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos

O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências

Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de Março - Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais

O diploma tem como objecto estabelecer as directrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. O Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de cada projecto

Decreto 31/95 de 5 Novembro - Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional

O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado nº 2 do artigo 46º da Lei Constitucional 23/92

Decreto nº 43/03 de 4 de Julho - Regulamento sobre o HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional

A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.

Decreto 31/95 de 5 Novembro - Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.

Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;

Lei n.º 1/21 de 7 de Janeiro - Lei das Expropriações

A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projecto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.

53/05 de 15 de Agosto - Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais

É garantido o direito à reparação de danos resultantes de acidentes de trabalho e de doenças profissionais aos trabalhadores por conta de outrem e seus familiares, protegidos pelo sistema de protecção social obrigatório.



MINAGRIF/PDAC



Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de Janeiro - Gestão de resíduos de demolição e construção

O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização.

Lei n.º 6/02 de 21 de Junho - Lei das água

Instrui a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu como objectivos básicos da gestão de recursos hídricos a sua utilização integrada com vista ao desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar a actual e futuras gerações, a necessária disponibilidade da água em quantidade de padrões de qualidade adequados aos múltiplos usos, além da prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos.

Decreto - executivo n.º 6/96 de 2 de Fevereiro - O regulamento geral dos serviços de segurança e higiene no trabalho nas Empresas

O presente Regulamento Geral estabelece as normas que regerão os Serviços de Segurança e Higiene no Trabalho nas empresas, conforme o n.º 2 do artigo 18.º do Decreto n.º 31/94, de 5 de Agosto.

Decreto Presidencial n.º 222/13 de 24 de Dezembro- Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política

baseada nos princípios da Constituição da República e tendo como objectivo principal, estabelecer uma visão clara e um quadro orientador para a adopção e adequação da legislação, políticas, programas, projectos, procedimentos e práticas que assegurem a igualdade de direitos e oportunidades para homens e mulheres em todas as esferas e estruturas do Executivo, do sector Privado, das Organizações da Sociedade Civil, bem como da Comunidade e da Família, vem dar um cunho legal a todas as acções que o Governo tem levado a cabo, para melhoria da vida das populações.

POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BANCO MUNDIAL

OP 4.01 Avaliação Ambiental

A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.

A política de avaliação ambiental é accionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.

OP 4.04- Habitat Natural.

A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiados ou co-financiados

Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são accionadas

O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas

A política de segurança de barragens/represas é accionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente. Esta política não é accionada no âmbito do subprojecto da **Cooperativa Ndula Assango**, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.

OP 4.09- Gestão de Pragas

A política operacional de controlo de pragas é accionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um **Plano** de Gestão de Pragas de carácter obrigatório. O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é accionada



MINAGRIF/PDAC



OP 4.11 - Recursos físicos e culturais

Esta política é accionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto. Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos considerados baixos.

OP 4.12- Reassentamento Involuntário.

A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto. No âmbito dos projectos do PDAC esta política não será accionada uma vez que os subprojectos são implementados em áreas privadas com títulos de concessão de terras emitidos pela entidade local, o IGCA (Instituto Geodésico Cartográfico de Angola).

A Cooperativa contempla um número de 311 membros, dos quais 158 senhoras e 153 homens.

OP 4.36 - Recursos Florestais

Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico. O subprojecto da Cooperativa Ndula Assango, não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é accionada.